



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Solene da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada ao Encerramento da 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
- 1.2 - 31ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.3 - 32ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.4 - 33ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.5 - 34ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.6 - 35ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.7 - Reunião de Comissões

2 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

3 - RELATÓRIO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 20/12/2011

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - André Quintão - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Carlin Moura - Carlos Henrique - Célio Moreira - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 10h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

- O Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião ao encerramento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Informamos aos presentes que esta solenidade inaugura a transmissão experimental da TV Assembleia pelo canal 35, aberto em Belo Horizonte. Convidamos os presentes a assistir ao vídeo institucional sobre o tema.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. Presidente

Bom dia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queridos servidores, queridos visitantes, imprensa presente. O 1º-Secretário, Deputado Dilzon Melo, formulou um pronunciamento de aproximadamente 30 páginas. Acabei por agradecer-lhe, mas vou saudá-los de forma muito simples e afetuosa, neste momento marcante do Legislativo mineiro, quando, com aquelas imagens, temos o coroamento com a

implantação do canal aberto, que é algo que nos toca, toca o coração e a alma de todos nós. Para que pudéssemos testemunhar este momento tão belo e tão enlevado do Legislativo mineiro, foi necessário muita luta, denodo, dedicação, sacrifício e perseverança.

Antes de mais nada, quero reverenciar as Deputadas e os Deputados que abraçaram essa nobre causa, os servidores deste Parlamento, altamente qualificados, e, de forma especial e carinhosa, os ex-Presidentes Deputados Antônio Júlio, Doutor Viana e o nosso querido Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, que foram fundamentais para que atingíssemos este momento vitorioso. Esta semana, os mineiros depararam-se com um editorial do jornal “Estado de Minas” muito bonito, que, para mim, tem um significado extraordinário, porque, de forma muito clara, disse que a Assembleia é um orgulho para Minas, é um orgulho para os mineiros. Confesso às senhoras e aos senhores que fico extremamente orgulhoso, envaidecido e enaltecido com as ações e atitudes do Parlamento de Minas, por tudo o que fez, por tudo o que está fazendo e por tudo o que, certamente, haverá de contribuir para melhorar a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

Rapidamente, vou tecer alguns comentários, por exemplo, em relação ao quadro de servidores desta Casa. Se, hoje, o Legislativo mineiro é protagonista de tantas ações e ocupa uma posição privilegiada, uma posição vanguardista entre os outros Legislativos, isso se deve em grande parte a essa qualificação, a esse atributo, a essa capacidade, a essa luta permanente e a essa colaboração patriótica dos servidores desta Casa. Quero parabenizá-los, aplaudi-los e, com a voz do coração, agradecer-lhes por tudo que têm feito por Minas Gerais.

Não poderia olvidar, neste instante, o papel preponderante das Deputadas e dos Deputados. Realmente é algo que tem um significado indelével, mas que, às vezes, em alguns momentos, não é plenamente compreendido por todos. Mas todas as Deputadas e todos os Deputados trabalharam incansavelmente, como verdadeiros valentes obreiros do bem, seja nas Comissões, seja neste Plenário, seja nas visitas, seja nas audiências públicas, seja nos fóruns, seja nos feriados, seja nos sábados, seja nos domingos. Lá se encontram aqueles que tanto nos orgulham, os empregados dos mineiros – falo e repito que Deputado é empregado temporário dos mineiros –, todos eles, independentemente da agremiação partidária, de uma forma ou de outra, contribuem, esforçam-se, labutam para elevar o Estado de Minas Gerais. E se hoje o Estado de Minas Gerais caminha com afinco, com força, com fervor, com tenacidade e melhora a vida dos mineiros, isso se deve sobremaneira ao papel altaneiro de todas as Deputadas e de todos os Deputados desta Casa. Então, como Presidente, quero agradecer-lhes. Obrigado, Deputadas; obrigado, Deputados, por essa colaboração da causa maior e a favor do bem-estar de Minas, a favor, sobretudo, dos mais pobres e dos mais carentes. É isso que o Legislativo mineiro tem feito incansavelmente.

Aliás, quando assumi a Presidência deste Parlamento, por confiança das Deputadas e dos Deputados, falei de forma muito límpida, forte e vigorosa que, ao cabo da minha modesta passagem por esta Casa, quero andar por Minas, percorrer os grotões, os rincões e os locais mais carentes e ter aquela felicidade, Deputadas, Deputados e servidores, de encontrar aquele cidadão comum, aquele cidadão mais sofrido, de vida mais doída, que enfrentou obstáculos muito maiores que todos nós. Quero encontrá-lo e ver estampado em seu rosto aquele sorriso de agradecimento, de alegria e, acima de tudo, de plena consciência de que o seu Deputado ou de que a sua Deputada trabalhou para melhorar a sua vida. É isso que faço, de forma simples, mas muito determinada, com muita garra, com muita valentia, evidentemente, com minhas fragilidades, mas com a vontade férrea de engrandecer o Legislativo.

Confesso aos senhores e às senhoras que, depois de 16 anos nesta Casa, aprendendo nessa convivência virtuosa e profícua, certamente, este foi um ano atípico, diferenciado, recheado de solavancos e espinhos. Mas prevaleceu o bom senso desta Casa, a sabedoria, a serenidade, o equilíbrio, mesmo nos momentos de maior tensão. A vida vai-nos ensinando, apresentando-nos caminhos, mostrando-nos rumos. É isso o que fiz, é isso o que procuro fazer. Certamente o Legislativo mineiro teve e está tendo oportunidade de mostrar a todos os mineiros, a todos os brasileiros um parlamento de elevada qualidade em todas as formas, em todas as instâncias, em todos os segundos, sobretudo em sua função primordial de fiscalizar as ações do Executivo e de promover, de edificar uma legislação cada dia de mais qualidade.

Ao final deste exercício, temos oportunidade de presentear os mineiros e as mineiras com um “show” de legislações, todas elas de significado social imensurável, cada uma de uma face, de um modelo, de uma forma, mas todas possuídas dessa nobre missão de servir, de engrandecer a vida das pessoas e dar a elas uma oportunidade melhor de caminhar, de promover sua peregrinação, de criar seus filhos, seus entes familiares e de ter uma vida mais fraterna, mais realizadora, mais empreendedora.

É isso o que estamos fazendo. Aproveito este momento tão bonito para agradecer ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, ao Executivo. Vale a pena assinalar o esforço, a luta, a sabedoria do Governador Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, a colaboração de todos os Secretários e de todos nós, juntos, irmanados com esse mesmo propósito, elevando o Estado de Minas Gerais. Hoje temos a oportunidade de reafirmar, em alto e bom som: o Parlamento foi e continuará sendo uma estrela-guia para os destinos do povo brasileiro.

Portanto, senhoras e senhores, com a voz do coração, quero agradecer a cada um de vocês. Nosso objetivo é fazer muito mais, é servir muito mais, é servir cada dia melhor. E esforço não faltou. Boa vontade não faltou. Dedicação não faltou. Garra não ficou ausente. Prevaleceu sempre a vontade de servir, o espírito de coletividade, a construção coletiva, e os Deputados e Deputadas estão de parabéns. Sinceramente, este ano podemos falar que a missão foi cumprida, que o dever foi cumprido. Trabalhamos muito, muito mesmo.

Aproveito para falar sobre a implantação da TV em canal aberto para todos os mineiros e mineiras. Os bravos mineiros podem se orgulhar de Minas, do Parlamento de Minas, de sua preocupação com os mais pobres, com os mais carentes.

Relembro aqui, Deputados e Deputadas, o seminário sobre a pobreza. Quanto aprendizado, discussão, participação dos Deputados, participação das pessoas. É o que queremos, qualificar cada dia mais a nossa pauta, o nosso Legislativo, aprender com esse seu saber, com esse seu ensinamento.

Então, com muito orgulho, com muita alegria, digo a todos vocês que a Assembleia está cumprindo o seu dever, a Assembleia está cumprindo a sua missão, até porque não pode arredar desse propósito em instante algum. Estamos aqui como empregados dos mineiros, para melhorar a vida das pessoas, para melhorar a vida dos mais sofridos, para construir um Estado mais solidário e mais



cristão. Se assim não fizermos, certamente a vida pública se diminui, se fragiliza, e não haverá de ser aplaudida e compreendida pela população de Minas.

Portanto, expresso aqui este meu reconhecimento, este meu agradecimento e este meu abraço por tudo o que fizeram, por tudo o que têm feito. Certamente o ano vindouro será repleto de muito mais conquistas, de mais desafios, de mais trabalho, de mais intensidade, porque Minas nos aguarda; 900 mil mineiros em estado de miséria, ainda abaixo da linha da pobreza, aguardam a contribuição, a nossa mão amiga, o nosso suor, o nosso saber, a inteligência de cada um, para que possam sonhar e edificar uma vida melhor, uma vida mais fraterna.

Então, quero aqui deixar essa minha palavra de agradecimento, de gratidão, de alento, de vibração, de entusiasmo.

Desejo a vocês um Natal maravilhoso, e que este Natal possa inspirar o coração de cada um de nós e a alma de cada um de nós. Que nós sejamos mais bondosos, generosos, tolerantes e firmes, sim, quando necessário. Acima de tudo, que possamos cumprir verdadeiramente essa missão terrena que Deus confiou a cada um de nós. Que possamos carregar, em todos os momentos, em todos os instantes, em todas as trincheiras da vida, essa vontade de servir.

Assim sendo, encerro este momento especial em minha vida, certamente na vida de cada um de nós, na vida dos mineiros, desejando este Natal abençoado. Que nosso Pai Celestial possa soprar o Divino Espírito Santo no coração de cada um de nós, e que o ano novo possa simbolizar e sintetizar um “show” de vida, um “show” de saúde, um “show” de melhor qualidade de vida, um “show” de trabalho, um “show” que continue engrandecendo o Estado de Minas Gerais.

Obrigado, Deputadas; obrigado, Deputados; obrigado, servidores; obrigado, Minas Gerais; obrigado, querida imprensa. O Legislativo mineiro caminha com fé e com perseverança rumo a esse destino desejado por todos nós: o destino da solidariedade, o destino da justiça social.

Um feliz Natal e um belíssimo Ano-Novo. Obrigado por tudo, obrigado por esta presença. É assim que esta Assembleia haverá de continuar esse processo de transformação da vida dos mineiros e das mineiras. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da Assembleia, que, sob a regência do Maestro Rodrigo Garcia, apresentará a música “Berimbau”, de Baden Powell e Vinícius de Moraes.

- Procede-se à apresentação musical.

Declaração de Encerramento

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir, de pé, a declaração de encerramento desta sessão.

O Sr. Presidente - Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, “Declaro encerrada a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura”.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 1 minuto para que seja ultimada a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião.

Ata

- O Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário, procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 3/10/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Portas & Cia. Ltda., tendo como objeto a reforma do revestimento do teto da contratante, com fornecimento e instalação de forro de gesso – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 50/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Método Telecomunicações e Comércio Ltda., tendo como objeto a atualização e ampliação do sistema de telefonia da Casa – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 66/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Virtual Cinema e Vídeo Ltda., tendo como objeto a cessão de mão-de-obra para prestação de serviços de operações dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão – parecer favorável à ampliação do objeto, revisão do preço devido a desequilíbrio econômico-financeiro e alteração do subitem 2.16.3 do contrato originário, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Oliveira, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-



Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Anselmo Domingos, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Recall do Brasil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de arquivamento, guarda e desarquivamento de documentos da contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Bosco e Associados Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria técnica e elaboração de projeto de segurança e automação predial no Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e anexo da Rua Dias Adorno – parecer favorável à prorrogação em caráter excepcional, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Divisa Nova, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 21/9/11, o servidor Dirceu José dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 27/9/11, o servidor Hélio Alvim dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 21/9/11, o servidor Paulo Dutra Batista, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 10 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 10 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 10/10/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza a aprovação, no Sistema Informatizado de Apuração de Frequência, das horas extras prestadas pelo servidor, no período de outubro a dezembro de 2011, em quantidade superior ao limite estabelecido no § 1º do art. 17 da Deliberação da Mesa nº 1.541, de 29 de abril de 1998, e no art. 15 da Deliberação da Mesa nº 2.477, de 12 de abril de 2010; 2ª) autoriza, a título de antecipação, o repasse ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Iplemg - de valor para a composição de reserva técnica para benefícios a conceder, com base no parecer técnico elaborado pela empresa TFG Consultoria e Assessoria Atuarial, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processos contendo termos de contrato a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Comunitária do Bairro da Lajinha, o Município de Carmo da Cachoeira, o Grupo da Terceira Idade de Além Paraíba, a Associação dos Taxistas de Almenara, a Associação Comunitária de Recuperação Novo Caminho - Acrenoc -, em Varginha, a Associação Social Comunitária de Bicuiba Padre José dos Santos – AASCBI -, e a Associação Nanuquense das Pessoas com Deficiência - Anpode -, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 17 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 17/10/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao



Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Almenara, tendo como objeto a transmissão do sinal da TV Assembleia – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas de Elói Mendes, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Casa de Apoio Querubins de Ouro, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a CTBC Multimídia Data Net S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Bela Vista, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Maia's Comércio & Reformas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços especializados de reformas em leiautes, com fornecimento e instalação de paredes secas – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 59/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Produtores Rurais de Ibituruna, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Oversee Tecnologia e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de captação do sinal da TV Assembleia e provimento de “streaming media”, para distribuição do sinal, via internet – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a HG Descontaminação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação, nas dependências da contratante, de lâmpadas de descarga queimadas – parecer favorável ao distrato do contrato CTO/146/2009, considerando manifestações da Gerência de Manutenção e Obras, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Carlos Henrique, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a A&M Arquitetura, Urbanismo, Interiores e Consultoria Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de arquitetura – parecer favorável ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratual, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom -, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo de Dispensa de Licitação Cotep nº 1011012 000083/2011, com base no art. 24, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Wenderson Ziviani, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e projeto com vistas à elaboração de laudo técnico circunstanciado, visando determinar a viabilidade de execução de obras no Ed. Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, II, da Lei 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação de empresa de engenharia para implantação da Sala Segura do Data Center da ALMG, com elaboração do projeto executivo e fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, conforme solicitação da Gerência-Geral de Sistemas de Informação. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: exonerando, a pedido, a partir de 18/10/11, o servidor Renan Lanna Martins Mafra do cargo efetivo de Analista Legislativo – especialidade Relações Públicas, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 24 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 24 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 24/10/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os



trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre as conclusões do inventário patrimonial realizado nos termos da Ordem de Serviço nº 4/2011; 2ª) dispõe sobre a formalização de opção de servidor em cargo em comissão para fins de carreira; 3ª) dispõe sobre a organização e realização de viagens dos Deputados em exercício de atividade parlamentar. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.521/2011, a Mesa altera a Deliberação nº 2.473, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização administrativa de que trata o § 2º do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Metalvest Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de placas e pins – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 57/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Via das Flores Ltda., tendo como objeto o fornecimento de flores e ornamentação – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Presencial nº 77/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação entre as partes para o melhor funcionamento possível do Posto da PMMG situado na Praça Carlos Chagas – parecer favorável à modificação na cláusula de vigência, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a MCI Tecnologia e Serviços Ltda., tendo como objeto a manutenção predial e adaptação de instalações – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Casa das Peças e Serviços Automotivos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem geral e revitalização de pintura em veículos automotivos da frota da contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto e Acesso Ltda., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva em relógios de ponto – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Agência de Desenvolvimento Institucional – Andesi -, de Belo Horizonte, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Poté, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado José Henrique, processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Dilzon Melo, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade concorrência, para a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica especializada, com vistas à definição de modelo de gestão por competência e ao desenvolvimento e implantação de metodologia de mapeamento de competências essenciais e gerenciais na ALMG, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Recursos Humanos. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 31 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 31 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 31/10/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de setembro de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de setembro de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/9/2011, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. A seguir, a Mesa, através da Deliberação nº 2.522/2011, altera dispositivo da Deliberação nº 2.435, de 1º de dezembro de 2008, que contém o Regulamento do Sistema de Estágio Profissionalizante na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e



seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Vaz de Mello Consultoria em Avaliações e Perícias Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para avaliação do valor de locação de imóveis – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 75/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep -, tendo como objeto a realização de estudos prévios envolvendo documentação digital em alta resolução, para geração de imagens de referência e para o mapeamento dos painéis “Do Descobrimento ao Ciclo do Café”, de autoria da artista Yara Tupynambá – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Delfim Moreira, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: designando Joel César Neto para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação; nomeando os seguintes aprovados em concurso público para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia: Wagner Ferreira, em virtude de sua classificação em 174º lugar; Breno Guimarães Lima, em virtude de sua classificação em 175º lugar; Thales Henrique Guimarães e Silva, em virtude de sua classificação em 176º lugar; Fernanda Dias Sales, em virtude de sua classificação em 177º lugar; Maicon Medeiros Ardirson, em virtude de sua classificação em 178º lugar; Wagner Teixeira Dias, em virtude de sua classificação em 179º lugar; Marina Gontijo Mota, em virtude de sua classificação em 180º lugar. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 3 de novembro de 2011.

Denis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/11/2011

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater sobre a execução do programa Minas Olímpica - Saúde na Praça. e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rogério Aoki Romero, Secretário Adjunto de Estado de Esportes e da Juventude, representando Braulio Braz, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Edilson Correa de Moura, Diretor da Promoção à Saúde-Subsecretaria de Vigilância e Promoção à Saúde – SES, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; e Ronaldo Lopes Cançado, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina do Exercício e do Esporte, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos membros da Comissão, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Gustavo Perrella - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/11/2011

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria contante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Wellington Braga, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Governador Valadares, e George Wagner Alvarenga Simões, Presidente da Loja Maçônica Paz e Progresso nº 1.184, de Governador Valadares, solicitando a intercessão da Comissão junto à Presidência do Tribunal



de Justiça para a criação de varas criminais na Comarca de Governador Valadares; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Marco Aurélio Souza Soares, Juiz de Direito da Comarca de Além Paraíba (2); do Cel. PM Luis Carlos Dias Martins, Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado (27/10/2011); e do Sr. Pedro Guilherme Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Botelhos (10/11/2011). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 558/2011 na forma do vencido no 1º turno (relatora: Deputada Maria Tereza Lara) e 941/2011 com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.937/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.810 e 1.865/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.303 e 2.315/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir políticas públicas de enfrentamento da violência, especialmente dos crimes praticados em estabelecimentos comerciais, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares, lotados na 1ª Cia. do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas, no Grupamento de Ações Táticas Especiais, na Cia. Independente de Cães, na 4ª Cia. Especial do 1º BPM e no 34º BPM da PMMG, que participaram da operação que resultou na apreensão de suspeitos de tentativa de roubo ao Sd. PM Marcus Vinícius Marinho Gil Júnior; do Deputado João Leite, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Sargento Rodrigues em que solicitam sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a reforma da cadeia pública de Além Paraíba e cópia de laudo, elaborado pela Divisão de Engenharia desse Município, que conclui pela necessidade da realização de obras de saneamento no local; do Deputado Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a criação e instalação de delegacia regional dessa corporação em Montes Claros; e da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita a participação da Comissão no seminário "O papel do Município na segurança pública", a realizar-se em Betim. São recebidos pela Presidência requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a segurança dos repórteres que acompanham operações das Polícias Civil, Militar e Federal no Estado; e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia à Escola Municipal Maria Silva Lucas, em Contagem, para verificar suas condições de segurança. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a realizar-se amanhã, dia 23/11/2011, às 9h45min, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.

João Leite, Presidente - Cássio Soares - Maria Tereza Lara.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/11/2011

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BPS) e o Deputado Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita à Deputada presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei Complementar nº 18/2011, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço e altera a Lei Complementar nº 90, de 2006, bem como debater a inclusão dos Municípios de Caratinga e Bom Jesus do Galho na Região Metropolitana do Vale do Aço. Registra-se a presença dos Srs. João Bosco Pessine Gonçalves, Prefeito Municipal de Caratinga e Presidente da Associação dos Municípios da Vertente Ocidental do Caparaó; Vereador João Roberto Leodoro, Presidente da Câmara Municipal de Caratinga; Maria Elisa Braz Barbosa, Assessora-Chefe da Assessoria de Relacionamento Institucional, representando a Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; Luiza Sabino Queiroz, Assessora-Chefe, representando o Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Secretário de Estado da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana; José Euler, Prefeito Municipal de Mesquita e Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço; Divino Silvério, Assessor Contábil, representando o Sr. Jadir José da Silva, Prefeito do Município de Bom Jesus do Galho; e João Anselmo, Vereador em Caratinga, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Bonifácio Mourão - Ivair Nogueira - Neider Moreira - Rogério Correia.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e,



em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.475 e 2.568/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.892 a 1.894/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.064, 2.380 e 2385/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Christiana Galvão Ferreira de Freitas, Coordenadora-Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (27/10/2011); Luciana Silva Garcia, Coordenadora-Geral de Proteção a Testemunhas da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; Célia Ribeiro de Vasconcelos, Presidente do I Tribunal do Júri (substituta); Camila Pereira Pinto de Oliveira, Superintendente de Atendimento ao Preso da Secretaria de Defesa Social; dos Srs. Agílio Monteiro Filho, Ouvidor-Geral Adjunto do Estado; Wander Borges, Secretário de Desenvolvimento Social; Noeval de Quadros, Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Márcio Heli de Andrade, Corregedor-Geral do Ministério Público; Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado; Flávio Arns, Vice-Governador do Paraná; Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; Carlaile Pedrosa, Deputado Federal; Aécio Neves, Senador (10/11/2011); das Sras. Gilda Alves Correia, Coordenadora de Ações em Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde de Uberlândia; Ana Lúcia de Oliveira, Coordenadora Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência; dos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; João Alziro Herz da Jornada, Presidente do Inmetro; Fernando Teixeira Frota Soares, Corregedor da Secretaria de Defesa Social; Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Inbra-MG, Álvaro Henrique Baggio, Chefe de Gabinete do Chefe do Gabinete Pessoal da Presidenta da República; Alberto Vellozo Machado, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Roberto Luiz d'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Aécio Neves, Senador (26/11/2011). A Presidência esclarece que o Requerimento nº 1.914/2011 deixa de ser apreciado por falta de pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011

Às 10h15min, comparecem no salão de eventos da Evec o Deputado Adalclever Lopes, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados José Henrique e Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a pavimentação da estrada que liga o Município de Manhumirim à BR-116, em São João do Manhuaçu. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Bráulio Braz, Secretário de Estado de Esporte e da Juventude; João Batista Gomes, Prefeito Municipal de São João do Manhuaçu; Fernando Arthur Dias, Coordenador Regional do DER- MG em Manhumirim, representando Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Ronaldo Lopes Corrêa, Prefeito Municipal de Manhumirim; Vereador Hélio Marcos Mendonça, Presidente da Câmara Municipal de Manhumirim; Otenides dos Santos Hott Praça, Prefeito Municipal de Luisburgo; Márcio Gerard, Prefeito Municipal de Reduto; Daniel Guimarães Sathler, Prefeito Municipal do Alto Jequitibá, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Tiago Ulisses, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente.



ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlin Moura, Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os resultados da implantação da Lei Federal 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Doutor Viana em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - pelas comemorações dos 40 anos do curso de Pedagogia e, ainda, que a referida manifestação seja entregue em reunião desta Comissão; e da Comissão de Participação Popular em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com esta Comissão para debater as estratégias de erradicação do analfabetismo adotadas pelo Estado, por sugestão do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade". Após, suspende-se a reunião. Retomados os trabalhos, registra-se a presença do Deputado Bosco, e se retira do recinto o Deputado Sebastião Costa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cibele Cristina Bueno de Oliveira, Consultora do Programa de Aquisição de Alimentos, representando Arnaldo Anacleto de Campos, Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Feliciano Alves do Vale Saldanha, Diretora Regional do Vale do Aço do Sind-UTE, representando Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sind-UTE; e Maria Izabel Lopes da Silveira, Secretária Executiva do Conselho de Alimentação Escolar de Minas Gerais; e os Srs. Éldio Bonomo, Presidente e Coordenador de Gestão do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar - Cecane - da Ufop, representando Albaneide Maria Lima Peixinho Campos, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação; Edmar Guariento Gadelha, Subsecretário de Estado de Agricultura Familiar; Ademar Moreira Pires, Assessor Técnico da Emater, representando Maurílio Soares Guimarães, Presidente da Emater; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; Juseleno Anacleto da Silva, Coordenador Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; e Alcides Guedes Filho, Delegado Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Carlin Moura, Presidente - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/12/2011

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e o Deputado Elismar Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada, e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 1.066/2011, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, que institui o estatuto de museus, e dá outras providências, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José do Nascimento Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Ibram

Leonardo Bahia Diniz, Superintendente de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura; Ana Maria Azeredo Furquim Werneck, Diretora de Ações Museais da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado da Cultura, representando o Diretor do Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia da UFJF, Paulo de Melo Noronha Filho; Maria Clara Almeida Cunha de Castro, Gerente Adjunta do projeto estruturador Circuito Cultural Praça da Liberdade da Secretaria de Estado da Cultura; Fabrício José Fernandino, Diretor do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, representando a Coordenadora do Centro de Extensão e do Centro de Referência em Cartografia Histórica, Márcia Maria Duarte dos Santos; Silvana Maria Leal Coser, Diretora de Políticas Museológicas da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, representando a Presidente, Thaís Velloso Cougo Pimentel; Janaina Mércia Alves Melo, Curadora de Arte e Educação do Instituto Inhotim, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente, Deputado Elismar Prado, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência recebe, durante a reunião, moção de protesto de representante do Sistema de Museus de Ouro Preto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Tenente Lúcio.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 2.571/2011, do Governador do Estado, que estabelece diretrizes e parâmetros para a política remuneratória dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, fixa data anual para sua aplicação e dá outras providências, e a apreciar a matéria constante na pauta; e comunica o recebimento de comunicação do Deputado Gustavo Corrêa, publicada no “Diário do Legislativo” de 1º/12/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para cuja relatoria designou o Deputado Bonifácio Mourão: Projeto de Lei Complementar nº 22/2011 e Projeto de Lei nº 2.617/2011, no 1º turno. Registra-se a presença dos Deputados Rogério Correia e Sebastião Costa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fernanda Neves, Subsecretária de Gestão da Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag -, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, titular dessa Pasta; Marise Almeida, Assessora Especial da Secretaria de Fazenda; Maria Isabel Rolla França, Superintendente da Central de Política de Recursos Humanos da Seplag; o Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; o Cel. PM Zeder Gonçalves do Patrocínio, Vice-Presidente da União dos Militares de Minas Gerais, representando o Cel. PM César Braz Ladeira, Presidente dessa entidade; o Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o Subten. PM Raimundo Nonato Meneses Araújo, Presidente dessa entidade; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; os Srs. Denilson Aparecido Martins e Antônio Marcos Pereira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Sindpol; a Sra. Lecioni Pereira Pinto, Diretora do Sind-Ute, representando a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral dessa entidade; os Srs. Geraldo Antônio Henrique da Conceição, Diretor Político do Sindpúblicos; Renato Almeida de Barros, Diretor do Sind-Saúde; Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindifisco; Carlos Augusto dos Passos Martins, Presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais; as Sras. Brígida Maria Colares, Vice-Presidente do Sindicato dos Técnicos em Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais; Sarah Campos, advogada do Sindifaz; o Sr. Adeilton Souza Rocha, Diretor Administrativo do Sindicato dos Agentes Penitenciários; o Maj. PM Ailton Cirillo, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Inexistindo quórum para o prosseguimento dos trabalhos, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Bonifácio Mourão, Presidente - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Ivair Nogueira.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011

Às 20h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que terminam hoje os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nº 2.520 e 2.521/2011. Os Projetos de Lei nºs 2.356, 2.442, 2.442, 2.446, 2.449, 2.571 e 2.661/2011 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.572/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Romel Anízio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.061/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.916/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Ulysses Gomes); 2.658/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Romel Anízio); 2.659/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio) e 2.660/2011 (relator: Deputado Ulysses Gomes). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Ulysses Gomes - Romel Anízio - Rômulo Viegas.



ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/12/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Doutor Viana (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a reconhecer o relevante trabalho realizado pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - pela ocasião da comemoração dos 40 anos do curso de Pedagogia e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Dijon Moraes Junior, Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -; Santuza Abras, Vice-Reitora da Uemg; Rogério Bianchi Brasil, Diretor-Geral do Campus de Belo Horizonte da Uemg; Dolores Maria Borges de Amorim, Diretora da Faculdade de Educação da Uemg - FAE-Uemg -; Cristiane Silva França, Coordenadora do Curso de Pedagogia da FAE-Uemg; Regina Rosa do Santos Leal, Coordenadora da Pós Graduação Lato Sensu da Uemg; Úrsula Viana Mansur, Presidente do Diretório Acadêmico da FAE-Uemg; Tomaz de Andrade Nogueira, representando o Monsenhor Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento, registra-se a presença dos Deputados Bosco e Carlin Moura. Em seguida, são entregues ao Sr. Dijon Moraes Junior, Reitor da Uemg, e à Sra. Dolores Maria Borges de Amorim, Diretora da FAE-Uemg, o certificado da manifestação de aplauso à Faculdade de Educação da Uemg pelos 40 anos de criação do curso de Pedagogia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Bosco, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/12/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Carlos Mosconi (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR) e Gustavo Corrêa (substituindo o Deputado Luiz Henrique por indicação da Liderança do BTR). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. Suspende-se a reunião. Às 14h44min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputado Duarte Bechir, Ana Maria Resende e Luzia Ferreira. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 196, 955, 1.007, 1.912, 2.249, 2.291, 2.292 e 2.336/2011 (Deputada Ana Maria Resende); 1.364, 2.337, 2.353, 2.390, 2.444, 2.448, 2.452, 2.556, 2.572 e 2.459/2011 (Deputada Luzia Ferreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 96, 955, 1.007, 1.364, 1.912, 2.249, 2.291, 2.292, 2.336,, 2.337, 2.353, 2.390, 2.444, 2.448, 2.452, 2.556 e 2.572/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.459/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique - Ana Maria Resende.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 29/12/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado Luiz Henrique em que notifica sua ausência do País no período de 18/1/2012 a 3/2/2012. (- Ciente. Publique-se.)

**RELATÓRIO****RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA – 2011**

A Mesa da Assembleia Legislativa, no exercício da competência que lhe confere o inciso III do “caput” do art. 79 do Regimento Interno, apresenta o Relatório das Atividades desta Casa na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. (Lido na 99ª Reunião Ordinária, em 15/12/2011.)

1 – APRESENTAÇÃO

É com a sensação de ter trabalhado de uma forma altamente madura, democrática e consoante a elevada capacidade de diálogo e negociação dos Deputados que apresento o balanço final da sessão legislativa, em nome da Mesa da Assembleia.

O ano de 2011 significou para a Assembleia Legislativa um passo decisivo na implantação de sua diretriz – ser a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania –, inspiração que esteve presente em todas as ações da Casa ao longo do ano, desenvolvidas tanto no Plenário e nas comissões quanto nos eventos institucionais.

Vivemos também sob o impulso de um planejamento a longo prazo, inserido no Direcionamento Estratégico previsto para os próximos dez anos e fruto de amplo debate entre parlamentares, autoridades, especialistas, servidores e cidadãos mineiros. O objetivo a ser alcançado em 2020 é ver o Legislativo mineiro reconhecido como o poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor, e o ano que está se concluindo demonstra a consecução de parte significativa de nossas metas.

Assim, importantes proposições foram aprovadas neste primeiro ano da 17ª Legislatura, entre elas o Projeto de Lei nº 2.122/2011, que deu origem à Bolsa Reciclagem, de amplitude social e ambiental. A instalação das Comissões de Esporte, Lazer e Juventude e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência vieram atender demandas justas e do interesse de importantes segmentos da população. Como comissões extraordinárias, foram criadas a Comissão Extraordinária para o Acompanhamento da Reforma Política e a Comissão Especial da Dívida Pública.

No âmbito do Direcionamento Estratégico, concluíram-se projetos de relevância, com destaque para o novo portal da Assembleia, aperfeiçoado para ampliar a interlocução do Poder Legislativo com a sociedade por meio da internet.

Quanto aos eventos institucionais, o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade” se destacou, ao percorrer 8.272 quilômetros, incluindo 12 encontros regionais e produzindo, entre outros resultados, a Emenda à Constituição nº 86, que acrescenta a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais entre os objetivos prioritários da Constituição Estadual.

Dentre as proposições transformadas em normas jurídicas, ressaltam a que extingue a pensão vitalícia de ex-Governadores e seus dependentes; a que autoriza supressão de parte da estação ecológica de Arêdes, viabilizando a construção de uma via alternativa de transporte de minério de ferro com o consequente melhoramento do trânsito na BR-040; a que estabelece diretrizes para a elaboração do Orçamento do Estado (Lei de Diretrizes Orçamentárias); a que regulamenta a produção e o processamento de leite de cabra e de ovelha; a que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira; a que cria o Dia dos Gerais; a que cria a figura jurídica da ação declaratória de constitucionalidade; e a que cria a figura jurídica do termo de ajustamento de gestão, no âmbito do Tribunal de Contas, para regularizar atos e procedimentos dos Poderes, órgãos ou entidades por ele controlados.

Dentre as proposições aprovadas em 2º turno, salientam-se o projeto de lei do Governador que estabelece a nova política remuneratória para os servidores da educação; o projeto de lei que regulamenta a criação de áreas de vulnerabilidade ambiental; o projeto de lei que estabelece sanções administrativas ao estabelecimento comercial que vender, fornecer, entregar ou permitir o consumo de bebida alcoólica a menores de dezoito anos; o projeto de lei que dispõe sobre a cobrança indevida de valores por prestadoras de serviços de natureza continuada; o projeto de lei que reduz a alíquota do ICMS sobre o álcool combustível; e o projeto de lei que cria o Fundo de Erradicação da Miséria.

As comissões permanentes realizaram audiências públicas pelo Estado, ouvindo a população em busca de informações, denúncias e subsídios para melhores políticas públicas, analisando a constitucionalidade das proposições e os impactos orçamentários na aprovação dos projetos de lei.

Pautou-se o trabalho das comissões por uma estreita correspondência com a realização dos eventos institucionais, entre os quais salientam-se o Ciclo de Debates “Estratégias para a Superação da Pobreza”, que subsidiou o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade”; o Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, essencial para a construção da agenda de trabalhos da Assembleia e que resultou na implementação de várias sugestões advindas da consulta à sociedade; e o Fórum Técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”, que propôs importantes medidas para a prevenção da violência dentro e fora das escolas.

Outros eventos, como o Parlamento Jovem, o pré-lançamento do Expresso Cidadania e o concurso de redação “Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas”, envolveram a intensa participação de jovens de várias regiões do Estado.

Nas audiências públicas do PPAG 2012-2015 foram discutidas as interseções do PPAG com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Orçamento. A implantação do piso salarial no Estado foi discutida no Ciclo de Debates “Piso Salarial em Minas Gerais”.

Todos os avanços dos trabalhos legislativos verificados em 2011 creditam-se à dedicação dos parlamentares, respaldados pela área administrativa e seu corpo técnico, juntamente com o imprescindível apoio dos servidores de gabinetes.

É pela integração obtida por esse esforço coletivo que estamos cumprindo nossos compromissos presentes no Direcionamento Estratégico, que incluem a produção de uma legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade; a formulação de políticas públicas eficazes e a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável; a avaliação e fiscalização de políticas públicas com foco em resultados; a atuação de forma ética e transparente para garantir uma gestão eficiente e austera.



Exercendo a representação política com a participação da sociedade, nosso primeiro compromisso, caminhamos, com segurança e responsabilidade, para a construção de um Estado melhor.

Dilzon Melo, 1º-Secretário.

2 – ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 - PLENÁRIO

Em 2011, as reuniões do Plenário desta Casa foram especialmente marcadas pela discussão de matérias importantes e de grande repercussão para a sociedade mineira, como a concessão de incentivos financeiros a catadores de materiais recicláveis, a inclusão na Constituição mineira de dispositivo que reconhece a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades como princípio norteador da atuação governamental, além da política remuneratória por subsídio das carreiras do Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar do Estado.

Dentre as proposições examinadas pela Assembleia nessa sessão legislativa que foram transformadas em normas jurídicas, destacam-se:

Emenda à Constituição nº 86/2011 – Acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado

Ementa: Acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado.

Os problemas da desigualdade e da pobreza e a complexidade das políticas voltadas para sua superação têm sido tema de discussão nos eventos realizados nesta Casa. Em junho de 2011, foi realizado um ciclo de debates para analisar as estratégias do plano Brasil sem Miséria. A Assembleia realizou, ainda, um seminário legislativo, com etapas regionalizadas, de modo a aprofundar a discussão sobre pobreza e desigualdade no Estado e sobre as alternativas para sua superação.

A inclusão desse dispositivo na Constituição mineira decorre do reconhecimento de que a função do Estado deve ir além de preservar a segurança dos indivíduos e de proteger as liberdades individuais, consistindo essencialmente em promover condições que favoreçam a garantia da dignidade humana. Assim, esta Casa reconhece a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades como princípio norteador da atuação governamental, o que é fundamental para concentrar compromissos na produção de políticas mais efetivas no enfrentamento desses graves problemas que persistem em nosso Estado.

Emenda à Constituição nº 88/2011 - Instituição da ação declaratória de constitucionalidade no Estado

Ementa: Dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências.

Essa Emenda à Constituição objetiva introduzir, no âmbito do Estado, a ação declaratória de constitucionalidade, nos moldes em que foi instituída no plano federal pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993.

Trata-se de instituto voltado para a promoção da segurança jurídica no meio social, pois tal ação, ao declarar a constitucionalidade de uma determinada norma que vinha justificando decisões judiciais conflitantes, afasta a possibilidade de haver incerteza jurídica quanto à matéria. Ressalte-se que, de maneira simétrica ao modelo federal, a EC 18 estabelece para a ação declaratória de constitucionalidade o mesmo rol de agentes legitimados a promover ação direta de inconstitucionalidade. Durante a tramitação da matéria, realizou-se audiência pública com operadores do direito e especialistas na matéria, com vistas a colher subsídios para a deliberação legislativa.

Lei nº 19.461/2011 - Autorização de contratação pelo Poder Executivo de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e dá outras providências.

De autoria do Governador do Estado, essa lei autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – até o valor equivalente a US\$18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares americanos), destinados ao financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Minas Gerais – Prodetur-MG.

Os recursos dessa operação de crédito serão utilizados na implementação da atividade turística no Estado, mediante atendimento de demandas nacionais e internacionais.

Lei nº 19.462/2011 - Autorização de prestação de contragarantia pelo Poder Executivo à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW – e dá outras providências.

De iniciativa do Governador do Estado, essa lei autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW – até o valor equivalente a €100.000.000,00 (cem milhões de euros).

Os recursos da operação de crédito serão aplicados na execução de atividades e projetos de despoluição da Bacia do Rio Paraopeba, incluindo sistemas de coleta e tratamento de esgotos e unidade de tratamento de resíduos.

A contragarantia compreende direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União e receitas próprias do Estado a que se referem os arts. 155 e 157, nos termos do § 4º do art. 167, da Constituição da República.

Lei nº 19.482/2011 - Prevenção e combate à dengue

Ementa: Dispõe sobre medidas de controle da proliferação de mosquitos transmissores da dengue e dá outras providências.

A Lei nº 19.482, de 2011, determina que pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, cuja atividade resulte em acúmulo de material de qualquer natureza tomem medidas para o controle da proliferação do mosquito da dengue. A norma também estabelece penalidades para os casos em que essa determinação for descumprida. Prevê, ainda, a realização de campanhas educativas por parte do Estado e a criação de Comissões Permanentes de Combate a Focos de Mosquito Transmissor da Dengue – as CPCDs – pelas pessoas jurídicas a que se refere. Espera-se que essas medidas propiciem uma diminuição das ocorrências de óbito e internação decorrentes da dengue.



Lei nº 19.489/2011 - Alteração da Lei nº 14.086, de 6 de dezembro de 2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos e o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos

Ementa: Altera a Lei nº 14.086, de 6 de dezembro de 2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos e o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos e dá outras providências.

O objetivo dessa norma, de autoria do Governador do Estado, é adequar a Lei nº 14.086, de 2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – Fundif –, à Lei Complementar nº 91, de 2006, que dispõe sobre a instituição, a gestão e a extinção de fundos estaduais. O Fundif é destinado a reparar danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos, bem como ao consumidor, em decorrência de infração à ordem econômica.

Lei nº 19.553/2011 - Alteração de carreiras no âmbito do Poder Executivo

Ementa: Cria cargos e altera a estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991, e dá outras providências.

De iniciativa do Executivo, essa proposição altera para 13.365 o quantitativo de cargos da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, com a criação de 8.361 cargos, propiciando a realização de novos concursos públicos em substituição aos contratos administrativos existentes. Essa medida é de extrema relevância para o Estado, uma vez que o cargo de Agente Penitenciário é função permanente, sendo seu ocupante responsável pela custódia, segurança, manutenção da ordem e disciplina nos estabelecimentos penitenciários.

Outro ponto importante da lei é a previsão de lotação de cargos em entidade que ainda não possua quadro próprio de pessoal.

Merecem destaque ainda as medidas que têm por objetivo: regularizar a situação previdenciária dos servidores cedidos para as Oscip's, especialmente no tocante ao desenvolvimento na carreira e à contagem de tempo de serviço; estender o pagamento do Prêmio por Produtividade aos dirigentes de órgãos e entidades e a seus respectivos adjuntos e vices; e corrigir uma impropriedade de nomenclatura da vantagem pessoal percebida por servidor inativo do Ipsemg.

Lei nº 19.573/2011 - Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012 – LDO

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

De autoria do Governador do Estado, a LDO estabelece para a administração pública estadual as prioridades e metas para o exercício de 2012, a serem atingidas por meio da execução dos programas e ações detalhadas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2012-2015. A norma determina, ainda, que os orçamentos sejam elaborados em consonância com as referidas prioridades e metas e adequados ao PPAG.

Além das metas e prioridades, a lei define as diretrizes para a elaboração do orçamento fiscal, como a discriminação de sua estrutura; os parâmetros para sua elaboração; os requisitos e condições para a assinatura de convênios; as vedações para a transferência de recursos; a forma de divulgação de informações para fins de transparência da gestão fiscal; e as regras para o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado.

Lei 19.574/2011 - Promoção da educação para o trânsito no Estado

Ementa: Dispõe sobre a promoção da educação para o trânsito no Estado.

Dispõe sobre a promoção, pelo Estado, de ações, atividades e projetos de educação para o trânsito, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o papel do cidadão no trânsito. Para tanto, a lei estabelece as diretrizes a serem observadas, bem como os procedimentos de avaliação e acompanhamento da política de educação para o trânsito.

Lei nº 19.575/2011- Revogação da Lei nº 1.654, de 26 de setembro de 1957, que concede pensão vitalícia

Ementa: Revoga a Lei nº 1.654, de 26 de setembro de 1957, que concede pensão vitalícia, e dá outra providência.

De iniciativa do Executivo, essa lei revogou a Lei nº 1.654, de 1957, extinguindo o direito à pensão vitalícia concedida aos ex-Governadores do Estado e, na ausência desses, às viúvas, filhas ou filhos desvalidos. Regulou, também, a publicidade das informações referentes aos beneficiários da pensão, bem como do valor dos estímulos recebidos.

Lei nº 19.576/2011 - Reajuste do vencimento de servidores da Segurança Pública

Ementa: Reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona.

De autoria do Governador do Estado, essa norma trata da concessão de reajustes remuneratórios a serem efetuados, no período de 2011 a 2015, para as classes dos Policiais Cíveis e Militares, dos Bombeiros Militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários, dos Agentes de Segurança Socioeducativos, para as carreiras administrativas da Polícia Civil e do pessoal civil da Polícia Militar, bem como do reajuste dos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo.

Serão feitos os seguintes reajustes no vencimento básico das classes e carreiras citadas: 10% em outubro de 2011, 2012 e 2013; 15% em junho de 2014 e 12% em dezembro do mesmo ano; e 15% em abril de 2015.

Lei nº 19.577/2011 - Regularização da situação de segurados do Funapec e criação da taxa de administração para o Ipsemg

Ementa: Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

O objetivo principal da Lei nº 19.577, de 2011, de iniciativa do Executivo, é incluir, entre os beneficiários do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado – Funapec –, alguns servidores que, amparados pela legislação vigente à época de criação do fundo, também eram beneficiários da carteira de seguros do Ipsemg. Além disso, a lei prevê a instituição de uma taxa de administração a ser paga ao Ipsemg, que é o agente financeiro e executor do Funapec.

A Lei nº 18.682, de 2009, eliminou categorias de segurados do Funapec. Entretanto, sua intenção era apenas promover melhorias na gestão da carteira de seguros do Estado. Assim, tornou-se necessário corrigir a distorção criada pela mencionada lei a fim de que os segurados excluídos fossem reinseridos na legislação.



Lei nº 19.821/2011 - Prioridade na tramitação de processo administrativo para pessoa com necessidade especial ou portadora de doença grave

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo da Administração Pública Estadual.

Essa lei estabelece prioridade na tramitação de processo administrativo em que figure como parte ou interessado pessoa com necessidade especial ou portadora de doença nele mencionada. A pessoa interessada deverá requerer o benefício à autoridade administrativa competente, mediante a comprovação de sua condição. A norma determina que, uma vez concedida a prioridade, os atos terão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária, o qual prevalecerá mesmo após a morte do beneficiado, em favor do cônjuge sobrevivente, companheiro ou companheira, em união estável.

Lei nº 19.822/2011 - Alteração da Lei nº 15.980, de 13 de janeiro de 2006, que cria o Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, e da Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento

Ementa: Altera a Lei nº 15.980, de 13 de janeiro de 2006, que cria o Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Findes.

De iniciativa do Executivo, essa norma inclui, no rol de requisitos a serem cumpridos por empreendimentos que queiram beneficiar-se do Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, a exigência de estarem direcionados a Município do Estado compreendido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Além disso, estende para as empresas localizadas nos Municípios mineiros compreendidos na área de atuação da Sudene um fator de reajuste do saldo devedor dos programas mantidos com recursos do Findes de, no máximo, 80% do menor índice ou taxa adotada em outras regiões do Estado.

Essas medidas possuem grande relevância socioeconômica, pois estimulam a abertura de empresas na área de atuação da Sudene, promovendo o crescimento econômico da região e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida da população local.

Lei nº 19.823/2011 - Bolsa Reciclagem

Ementa: Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis - Bolsa Reciclagem.

Essa lei tem sintonia com o Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, o Seminário Pobreza e Desigualdade e a Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei nº 18.031, de 2009. Promulgada pelo Governador do Estado, é uma norma inovadora, que introduz o mecanismo do pagamento de serviços ambientais na área de resíduos sólidos, por meio da transferência de renda do Estado para o catador de material reciclável. Dessa forma possibilita assistência e maiores benefícios financeiros aos catadores e a suas organizações, na medida em que contribui com a cadeia produtiva de bens, a partir do reaproveitamento dos resíduos pós-consumo, e com a redução da pressão sobre a utilização de recursos naturais.

Lei nº 19.825/2011 - Criação do Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – Fecifim –

Ementa: Cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – Fecifim

Essa lei, de iniciativa do Executivo, institui o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – Fecifim –, a fim de dar suporte financeiro aos projetos e ações vinculados ao Programa Minas Legal, que tem por objetivo a “identificação e implementação de iniciativas que favoreçam a conscientização da população sobre a função socioeconômica dos tributos e os direitos do consumidor, a proteção das receitas públicas, o controle da gestão dos gastos públicos e a valorização e o incentivo à ação cidadã, promovendo a convergência de esforços entre o governo e a sociedade”.

Lei nº 19.837/2011 - Política remuneratória do subsídio das carreiras do Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar

Ementa: Dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras do Grupo e Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências.

Essa lei dispõe sobre a revisão do posicionamento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras de Professor de Educação Básica – PEB –, Especialista em Educação Básica – EEB –, Analista de Educação Básica – AEB –, Assistente Técnico Educacional – ATE –, Analista Educacional – ANE –, Assistente de Educação – ASE – e Auxiliar de Serviços de Educação Básica – ASB – que estiver posicionado em tabela correspondente ao regime de subsídio.

Também terá a revisão do posicionamento o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras de Professor de Educação Básica da Polícia Militar – PEBPM –, Especialista em Educação Básica da Polícia Militar – EEBPM –, Analista de Gestão da Polícia Militar – AGPM –, Assistente Administrativo da Polícia Militar – ASPM – e Auxiliar Administrativo da Polícia Militar – AAPM – que estiver posicionado em tabela correspondente ao regime de subsídio.

A revisão do reposicionamento se dará de forma gradativa, entre 2012 e 2015, nos termos de regulamento, sendo que, para o professor, o especialista de educação básica e o analista educacional que exerce a função de inspetor, o projeto determina um acréscimo sobre a remuneração referente ao posicionamento em 1º de janeiro de 2011 de 25% ao ano, na forma de Vantagem Temporária de Antecipação de Posicionamento – VTAP. O objetivo é garantir a percepção de piso salarial, previsto na legislação federal, para o servidor ocupante dos cargos das carreiras mencionadas, observada a proporcionalidade em relação à carga horária de trabalho.

Nos termos dessa lei, o regime remuneratório de todas as carreiras da educação passa a ser o regime de subsídio. Com essa unificação, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras de que trata o art. 1º que estiver posicionado, na data de publicação desta lei, no regime de vencimento básico, passará a ser remunerado, a partir de 1º de janeiro de 2012, por subsídio, considerando seu posicionamento em 1º de janeiro de 2011. Para essas categorias a lei concede um reajuste de 5% a partir de 1º de abril de 2012. A lei também reajusta o subsídio dos Diretores e Secretários de Escola e das funções gratificadas de Vice-Diretor e Coordenador de Escola, a partir de 2012. Por fim, assegura aos Diretores de Escola que ocupam dois cargos efetivos de magistério a possibilidade de evolução na carreira com relação a ambos.

Lei nº 19.921/2011 - Autorização para o Poder Executivo contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES -; e dá outras providências.

Oriunda de projeto de autoria do Governador do Estado, a proposição autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – até o limite de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), a serem aplicados na execução das ações estabelecidas no I Programa de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – PDI-I –, definidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, referente a: educação e juventude; infraestrutura aeroportuária; mobilidade urbana e segurança.

Lei nº 19.970/2011 - Alteração da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

O objetivo dessa proposição, de iniciativa do Governador do Estado, é estabelecer a sistemática da substituição tributária para o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – em todas as operações com energia elétrica, tanto nas realizadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR – quanto no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A proposição altera o §22 do art. 13 da Lei nº 6.763, de 1975, que estabelece a base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária nas operações com energia elétrica. São estabelecidos como possíveis substitutos tributários o distribuidor, o gerador, o produtor ou o destinatário de energia elétrica. A principal modificação em relação ao texto em vigor se refere à inclusão do destinatário da energia elétrica e à exclusão do agente de comercialização no rol dos responsáveis pelo pagamento do ICMS nas operações com essa energia. A base de cálculo não é alterada, correspondendo ao valor da operação da qual decorra a entrega do produto ao consumidor, nele computados todos os encargos relacionados ao fornecimento de energia elétrica cobrados do recebedor, mesmo que devidos a terceiros.

As medidas propostas possibilitam a redução da sonegação e o aumento da arrecadação do ICMS, principal fonte de recursos para a consecução das políticas públicas.

Lei nº 19.971/2011 - Alteração de dispositivos das Leis nº 15.424, de 2004, e nº 6.763, de 1975, que autoriza o não ajuizamento de execução fiscal, institui formas alternativas de cobrança

Ementa: Altera dispositivos das Leis nºs 15.424, de 30 de dezembro de 2004, e 6.763, de 26 de dezembro de 1975, autoriza o não ajuizamento de execução fiscal, institui formas alternativas de cobrança e dá outras providências.

De autoria do Executivo, o projeto original pretende autorizar o não ajuizamento de execução fiscal de crédito do Estado de pequeno valor, instituindo meios de cobrança alternativos; promover alterações na Lei nº 15.424, de 2004, para atribuir ao devedor o pagamento das despesas advindas do registro de penhora, do protesto extrajudicial de sentença judicial e de certidão da dívida ativa; e isentar dos emolumentos e da taxa judiciária as autarquias e fundações do Estado.

Pretende, ainda, conceder remissão dos créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – inscritos em dívida ativa até 31 de agosto de 2011, cuja execução fiscal for igual ou inferior a R\$5.000 (cinco mil reais).

A proposição foi aprovada em 2º turno, com alterações. A principal delas se refere à fixação do limite do valor de crédito do Estado, de suas autarquias e fundações para o qual será autorizado o não ajuizamento de ação de cobrança judicial para dívidas de até 17.500 (dezesete mil e quinhentas) Ufemgs, sendo utilizados, nesses casos, meios alternativos de cobrança. Em sua forma original, o projeto previa que esse limite seria estabelecido em regulamento, o que foi considerado inadequado pelos Deputados. Outra modificação proposta se refere à alteração, para 31 de outubro de 2011, da data limite de inscrição em dívida ativa dos créditos tributários a serem remitidos.

Lei nº 19.972/2011 - Alteração da Lei nº 13.515, de 2000, que contém o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais

Ementa: Altera a Lei nº 13.515, de 7 de abril de 2000, que contém o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais.

As mudanças propostas pela lei, oriunda do Projeto de Lei nº 2.443/2011, de autoria do Executivo, decorrem da necessidade de se fazerem ajustes no texto da lei vigente, de forma a não inviabilizar o controle fiscal, atividade vinculada e obrigatória, que deve ser exercido pelo Estado, indispensável à efetividade e à perenidade da receita pública. Ao mesmo tempo, mantém os pilares que orientaram a criação do Código, quais sejam, o de consolidar, em um único instrumento jurídico, os direitos do contribuinte, as obrigações e os limites de atuação da administração tributária, bem como o de estabelecer parâmetros de condutas para um relacionamento de cooperação e respeito mútuo entre o Fisco e o contribuinte.

A proposição viabiliza a aplicação do Código de Defesa do Contribuinte, que ainda não teve eficácia nesses mais de dez anos de promulgação da lei, dependendo de regulamentação pelo Poder Executivo.

As emendas ao projeto aprovadas contribuíram para o aperfeiçoamento da matéria no aspecto técnico- legislativo, preservando-lhe o conteúdo.

Lei nº 19.976 - Criação de taxa e de cadastro para a fiscalização e o controle do setor mineral

Ementa: Institui a taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários – TFRM – e do cadastro estadual de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários – CERM.

Minas Gerais é o principal Estado minerador do País, detendo grandes reservas e enorme variedade de bens minerais que constituem um dos principais pilares de sua economia. A atividade minerária se caracteriza pelo grande número de minas de pequeno a grande porte implantadas em mais de 300 Municípios de todas as suas regiões. Por outro lado, a mineração é uma atividade que embute riscos ambientais e que pode gerar situações de conflito com comunidades locais. Assim, é necessário que haja mecanismos



que possibilitem uma adequada fiscalização, controle e monitoramento do setor mineral, de forma a conciliar os interesses econômicos, sociais e ambientais.

Oriunda de proposição do Executivo, a Lei nº 19.976, de 2011, vem ao encontro dessa necessidade, pois estabelece os instrumentos necessários para que o Estado possa exercer esse controle, que, inclusive, é previsto pelo art. 23, XI, da Constituição Federal. Para tanto, essa lei prevê duas medidas básicas: a instituição de uma taxa para custear o poder de polícia sobre a atividade minerária e a criação de um cadastro técnico que dará suporte ao controle, gerenciamento e fomento do setor mineral no Estado.

Segundo a lei, a taxa não incide sobre empresas com faturamento bruto anual de até 1.650.000 Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais - Ufemgs - (aproximadamente R\$3,6 milhões) e sobre a produção mineral destinada à industrialização no próprio Estado. O valor da taxa corresponde a uma Ufemg (R\$2,18, em 2011) por tonelada de minério comercializado ou transferido. Os recursos arrecadados serão destinados aos órgãos responsáveis pelo exercício do poder de polícia definidos na lei, entre os quais as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia. A lei prevê, também, que todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais deverão se inscrever no referido cadastro.

Encontram-se em fase de tramitação, dentre outras, as seguintes proposições:

Projeto de Lei Complementar nº 18/2011 - Criação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – Agência RMVA – e alteração da Lei Complementar nº 90, de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço

Ementa: Cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – Agência RMVA –, e altera a Lei Complementar nº 90, de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço.

A autarquia que se pretende criar se insere no conjunto de medidas em andamento, no âmbito da administração, para integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum entre os Municípios da região do Vale do Aço, já que, por si sós, estes não podem resolver as grandes necessidades que se impõem, em especial as concernentes a transporte intermunicipal, saneamento básico, macrodrenagem de águas pluviais, aproveitamento de recursos hídricos e sistema de saúde.

Para o cumprimento de suas atribuições, esse projeto de lei complementar, de iniciativa do Governador do Estado, dispõe que as receitas da Agência RMVA serão provenientes de dotações consignadas no orçamento, de transferências do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e de tarifas, taxas e preços públicos incidentes sobre a prestação de serviços e sobre o uso ou outorga de uso de bens públicos administrados por ela.

Projeto de Lei nº 159/2011 - Política sobre Drogas

Ementa: Institui a política estadual de educação preventiva e atenção integral ao usuário de drogas.

Essa proposição tem por objetivo instituir uma política estadual voltada para a prevenção do uso de drogas, bem como para o tratamento, a reinserção social dos usuários de drogas e a assistência a seus familiares.

Durante sua tramitação, o projeto foi aprimorado para que as políticas públicas para o enfrentamento do problema possam abranger não só estratégias relativas à saúde, mas também à segurança e à educação, entre outras. Além disso, alinhou-se a proposição às normas federais sobre o tema, como a Resolução do Conselho Nacional Antidrogas nº 3, de 2005; a Lei Federal nº 11.343, de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad –; e a Política de Atenção a Usuários de Alcool e outras Drogas, desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

Projeto de Lei nº 182/2011 - Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens

Ementa: Institui a política estadual de apoio às comunidades atingidas pela construção de barragens e dá outras providências.

A proposição visa assegurar condições de vida adequadas e o desenvolvimento local das comunidades atingidas pela construção de barragens para exploração dos recursos hídricos. As principais alterações propostas ao projeto são: extinção do Programa Pró-Assiste; vinculação da licença prévia à apresentação do plano de assistência social pelo empreendedor, que deve conter no seu escopo as principais medidas mitigadoras dos impactos negativos do empreendimento em várias áreas de políticas públicas; e incremento dos instrumentos de participação popular e de outras instituições no processo de licenciamento ambiental das barragens.

Projeto de Lei nº 329/2011 - Determinação do fornecimento de equipamentos de segurança compatíveis com o gênero e a constituição física dos profissionais da área de segurança pública

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 12.223, de 1º de julho de 1996, que obriga o Estado a fornecer equipamento de segurança ao policial civil.

Ao alterar a Lei nº 12.223, de 1996, que obriga o Estado a fornecer equipamentos de segurança ao Policial Civil, ao Policial Militar, ao Bombeiro Militar e ao Agente de Segurança Penitenciário (conforme o “caput” de seu art. 1º, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 19.441, de 2011), essa proposição objetiva adequar a legislação vigente às diferenças de gênero, estabelecendo que esses equipamentos deverão ser compatíveis com o uso pelas servidoras da área de segurança pública. Evidencia-se a intenção de garantir aos profissionais dessa área a proteção apropriada contra os riscos decorrentes de sua atividade laboral cotidiana.

Projeto de Lei nº 375/2011 - Obrigatoriedade de oferta de assentos especiais para pessoas obesas

Ementa: Torna obrigatória a oferta de assentos especiais para pessoas obesas nos estabelecimentos que menciona.

Esse projeto de lei visa garantir a oferta de assentos especiais para pessoas obesas em cinemas, teatros, restaurantes, instituições bancárias, auditórios, estádios e demais estabelecimentos aos quais o público tenha acesso livremente ou mediante pagamento. A proposta veda a cobrança de valor adicional pela utilização desses assentos e sujeita os infratores da lei às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Projeto de Lei nº 376/2011 - Política de incentivo ao uso da energia solar no Estado

Ementa: Dispõe sobre a política de incentivo ao uso da energia solar no Estado.

A implementação de uma política de baixo carbono, com o aproveitamento da energia solar foi tema de proposta apresentada no Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Em síntese, a proposição busca atribuir ao poder público a responsabilidade de fomentar o desenvolvimento do uso da energia solar no Estado.



Projeto de Lei nº 466/2011 - Devolução ao aluno da taxa de matrícula nas instituições de ensino superior

Ementa: Dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior nas situações que especifica.

O projeto visa garantir a devolução do valor de matrícula aos alunos que desistirem do curso nos estabelecimentos de ensino superior antes do início das aulas.

Na forma originalmente apresentada, o projeto determinava que a devolução deveria ocorrer no ato da desistência, sob pena de multa, em favor do aluno, e ser equivalente a cinco vezes o valor da matrícula. No entanto, durante a tramitação da proposição, optou-se por estabelecer que a devolução do valor integral da matrícula fosse efetuada em um prazo de até dez dias, descontadas as despesas administrativas da instituição de ensino superior.

Projeto de Lei nº 690/2011 - Criação do Selo Verde

Ementa: Dispõe sobre a criação do selo verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os municípios no âmbito do Estado.

Essa proposição dispõe sobre a criação do Selo Verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os Municípios do Estado.

O substitutivo apresentado para aperfeiçoar o projeto estabelece parâmetros mais claros para a concessão do Selo: receberão o Selo os Municípios que ampliarem o índice de coleta de esgoto da população urbana ou tornarem o tratamento de esgoto mais eficiente, de forma que ultrapassem os referenciais mínimos estabelecidos pelo órgão estadual competente. Além disso, suprime alguns dispositivos considerados inconstitucionais e prevê que o próprio Executivo definirá qual órgão será responsável pela campanha de divulgação do Selo.

Projeto de Lei nº 818/2011 - Concessão de certificado de conclusão de curso e permissão para participação na cerimônia de formatura aos alunos inadimplentes

Ementa: Estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado.

A proposição assegura aos alunos inadimplentes matriculados em instituições particulares de ensino o recebimento de certificado de conclusão de curso e a participação na cerimônia de formatura. Estabelece, ainda, que os pais ou responsáveis pelos alunos inadimplentes assumirão compromisso de quitação da dívida.

Não se pode condicionar a entrega de documento que comprove a conclusão de curso à quitação de dívidas contraídas ao longo da vida escolar, uma vez que é direito do aluno receber comprovação por atividades acadêmicas efetivamente concluídas. Garantir esse direito é o objetivo principal desse projeto.

Durante sua tramitação a proposição recebeu substitutivo em que se propõem a garantia do direito à renovação da matrícula aos alunos que tiverem firmado acordo para quitação dos débitos pendentes, bem como condições idênticas para negociação da dívida aos alunos que estejam matriculados em períodos ou anos diferentes.

Projeto de Lei nº 843/2011 e Projeto de Lei nº 2007/2011-Revisão da Lei nº 7.302, de 1978, que dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado de Minas Gerais

Esses dois projetos pretendem promover alterações na Lei nº 7302. O PL 843/2011 visa estabelecer limites sonoros distintos (decibéis) conforme as peculiaridades detectadas nas diversas áreas urbanas e rurais, além de regular a aplicação da sanção pecuniária decorrente da infração administrativa definida na lei.

Já o PL 2007/2011 tem por objetivo disciplinar os ruídos provenientes de festas populares e tradicionais, como exposições, rodeios, axes, eventos de música eletrônica, comemorações de aniversários de Municípios.

Projeto de Lei nº 897/2011 - Estabelecimento de requisitos para a comercialização de botijões de gás de cozinha no Estado

Ementa: Estabelece requisitos para a comercialização dos botijões de gás de cozinha – GLP – no Estado.

O projeto visa estabelecer requisitos para a comercialização de botijões utilizados no envase de gás de cozinha – GLP – no âmbito estadual. Espera-se, com a futura lei, coibir a venda de gás GLP adulterado ou envasado de maneira incorreta, bem como impedir que esse produto seja adquirido, nas condições citadas, em distribuidoras localizadas em outras unidades da Federação, favorecendo, ainda, a fraude tributária.

Assim, a proposição estatui que, nos casos em que o envase do gás for realizado por terceiros, e não por aquele cuja marca consta estampada no vasilhame, os botijões deverão apresentar selo de requalificação emitido por órgão competente. O rótulo deverá ser fixado na parte externa do vasilhame e conter, além do nome, da logomarca e do CNPJ do fabricante do recipiente e da empresa envasadora, informações sobre a utilização do produto e os possíveis riscos que ele apresente, além da data de envase.

Projeto de Lei nº 898/2011 – Reserva de 10% das vagas destinadas à contratação temporária para pessoas com deficiência

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República

O objetivo desse projeto é o de assegurar às pessoas com deficiência física o mínimo de 10% das vagas destinadas à contratação por tempo determinado no Poder Executivo, prevista na Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a matéria na forma de um substitutivo, no intuito de incluir a medida proposta na Lei nº 11.867, de 1995, que trata da reserva de vagas em concurso público e contém dispositivos que devem ser aplicados ao caso em análise.

Apenas quando a urgência da contratação impedir que seja feito o processo seletivo com tempo hábil para apurar a deficiência e a sua compatibilidade com o exercício da atividade é que a regra que se propõe estabelecer não será aplicada.

Projeto de Lei nº 1.089/2011 - Proibição do corte de fornecimento de água e de energia elétrica em feriados e finais de semana

Ementa: Proíbe as empresas concessionárias de serviços de água, energia elétrica ou telefonia, particulares e públicas, de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências.

O projeto proíbe a empresa concessionária de serviço público da administração indireta do Estado (empresas públicas e sociedades de economia mista) de cortar o fornecimento residencial de seus serviços em sexta-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia



útil anterior a feriado, por falta de pagamento das contas. As disposições do projeto alcançam principalmente a Cemig e a Copasa, que são empresas estatais prestadoras de serviços públicos de grande relevância para os cidadãos.

Projeto de Lei nº 1.099/2011 - Destinação prioritária de unidades habitacionais

Ementa: Dispõe sobre a destinação de unidades habitacionais em caráter prioritário.

Essa proposição visa garantir, nos programas desenvolvidos pelo Poder Executivo estadual, destinação prioritária de unidades habitacionais às famílias residentes em áreas de risco.

Na forma do substitutivo proposto, o projeto passaria a alterar a Lei nº 18.315, de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de habitação de interesse social, incluindo, entre as diretrizes dessa política, o atendimento prioritário à população residente em área de risco.

Projeto de Lei nº 1.205/2011 - Política “antibullying”

Ementa: Dispõe sobre o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Esse projeto pretende obrigar as instituições de ensino públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, a desenvolverem política “antibullying”. Foram anexados a ele os Projetos de Lei nºs 1.634, 1.644 e 1.879/2011, por guardarem semelhança de conteúdo.

Essa proposição conceitua o termo “bullying”, detalha as práticas que constituem “bullying” e “cyberbullying” e obriga as instituições de ensino públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, a desenvolverem política “antibullying”, que terá por objetivo reduzir a prática de violência dentro e fora das instituições de ensino; melhorar o desempenho escolar; disseminar conhecimento sobre o fenômeno “bullying”; e identificar, em cada instituição de ensino, sua incidência e a natureza das suas práticas, de modo a capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para o seu diagnóstico.

Projeto de Lei nº 1.353/2011 - Proteção, auxílio e assistência aos Policiais e Bombeiros Militares, Policiais Civis e Agentes Penitenciários do Estado

Ementa: Dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado.

A proposta objetiva proteger o servidor da área de segurança pública que seja vítima de ameaça comprovada em procedimento administrativo, policial ou judicial ou por ter sido arrolado como testemunha em procedimento policial ou judicial.

Além disso, o projeto, cuja abrangência se estende aos familiares dos servidores ameaçados, prevê medidas concretas a serem tomadas pelo poder público e mecanismos de acompanhamento e controle da aplicação da lei pela sociedade.

A matéria é revestida de inegável importância, pois os servidores vinculados à área da defesa social estão sujeitos a riscos, na medida em que o regular exercício de suas funções implica o confronto com interesses de pessoas e grupos que atuam à margem da lei e utilizam a ameaça e a violência como estratégia habitual de conduta, seja para alcançar seus objetivos, seja por mera vingança.

Projeto de Lei nº 1.702/2011 - Alteração da Lei nº 14.185, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal

Ementa: Altera a Lei nº 14.185, de 31 de janeiro de 2002 que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal e dá outras providências.

Essa proposição tem como objetivo atualizar e aprimorar as políticas públicas de financiamento para a produção do queijo minas artesanal. O tema do projeto foi debatido em audiência pública realizada em 16 de novembro, na qual também foram sugeridas e discutidas diversas necessidades e possibilidades de alteração na Lei do Queijo Minas Artesanal, a serem incorporadas pela proposição.

Projeto de Lei nº 1.971/2011 - Adoção de formatos abertos de arquivos pelos órgãos e entidades da administração pública estadual

Ementa: Dispõe sobre a adoção de formatos abertos de arquivos pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.

Esse projeto de lei dispõe que os órgãos e entidades da administração pública estadual deverão adotar, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.

A medida incentiva a adoção do “software” livre, possibilitando, dessa forma, uma economia aos cofres públicos, pois, por meio dela, a administração pública pode optar por não despendere recursos com o licenciamento de programas de computador. Além disso, com a adoção do formato aberto de arquivos, o cidadão será diretamente favorecido, já que, para exercer seus direitos perante a administração pública, não necessitará de adquirir programas de computador ou sistemas operacionais onerosos.

Projeto de Lei nº 2.093/2011 - Acréscimo de parágrafo ao art. 1º da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002, que isenta beneficiários de terras rurais do pagamento de emolumentos, na forma que especifica – Projeto de Lei nº 1.336/2011; e acréscimo de parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002.

Essas duas proposições objetivam isentar de emolumentos cartoriais os beneficiários de terras rurais em programas de reforma agrária e agricultores familiares assentados em perímetros públicos irrigados. Os projetos são motivados pelas dificuldades que esses públicos têm encontrado para conseguir a isenção dessas taxas cartoriais, visto serem programas paralelos ao tradicional assentamento de reforma agrária. Argumenta-se, para essa alteração, que a reforma agrária deve ser entendida de maneira ampla, como um leque de políticas públicas para promover o acesso à terra para a agricultura familiar.

Projeto de Lei nº 2174/2011 - Divulgação do IDEB nas escolas públicas

Ementa: Obriga as escolas da rede estadual de ensino a afixar cartaz informando o resultado por elas obtido na apuração do índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb –, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A proposição obriga as escolas da rede estadual de ensino a afixar cartaz informando o resultado por elas obtido na última apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb –, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.



A União, ao editar o Decreto nº 6.094, em 24/4/2007, implementando o Plano de Metas, adotou como diretriz a divulgação dos dados relativos à área da educação, com ênfase para o Ideb, na escola e na comunidade onde essa se encontra inserida.

No entanto, a matéria encerra grande controvérsia entre os especialistas em educação e nos direitos da criança e adolescente, e a discussão sobre o tema tem ocupado significativo espaço na mídia. Por essa razão, durante a tramitação desse projeto, promoveu-se discussão com especialistas e setores afetos à aplicação da norma para avaliar seus possíveis efeitos, expondo os benefícios e prejuízos de sua eventual aprovação.

Projeto de Lei nº 2.336/2011- Alteração da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e da Lei nº 13.449, de 2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Pró-Confins

Ementa: Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 13.449, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Pró-Confins – e dá outras providências.

O projeto, de iniciativa do Governador do Estado, tem como objetivo promover alterações na legislação tributária relativas a adequações à legislação federal; a incentivos para estabelecimento comercial localizado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene – e para fabricantes de locomotivas; e à adoção de medidas de proteção à economia do Estado por meio de regime especial.

A proposição acrescenta à Lei nº 6.763, de 1975, dispositivo que visa conceder crédito presumido a estabelecimento signatário de protocolo firmado com o Estado, localizado em Município compreendido na área de atuação da Sudene, podendo resultar em carga tributária inferior a 3%. Outra medida proposta pelo projeto autoriza o Poder Executivo a conceder crédito presumido, resultando em redução da carga tributária em operações com diversas mercadorias, especialmente produtos alimentícios.

O Pró-Confins, criado pela Lei nº 13.449, de 2000, tem o objetivo de consolidar o Estado como polo de desenvolvimento e de negócios relacionados com o comércio exterior, mediante o aproveitamento da infraestrutura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Entre as medidas propostas pelo projeto está a inclusão de remessa a esta Casa de mensagem tratando dos regimes especiais para a concessão de crédito presumido ou de redução de base de cálculo às empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo signatárias de protocolo de intenções para exame e ratificação.

Ao examinar a matéria, a Assembleia acrescentou a permissão para a concessão de regime especial, crédito presumido ou redução de base de cálculo a empresas fabricantes de aeronaves, peças, manutenção e reparo de aeronaves e de equipamentos de tecnologia aeroespacial.

Projeto de Lei nº 2.446/2011 - Criação do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM

Ementa: Dispõe sobre a criação do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM.

A proposição de lei, oriunda do Projeto de Lei nº 2.446, de 2011, de autoria do Governador do Estado, objetiva dar suporte financeiro a programas e ações sociais de erradicação da miséria e da extrema pobreza, especialmente aqueles que tenham como finalidade melhorar as condições de formação profissional, habitação, saneamento básico, acesso a água, assistência social e promoção da melhoria do padrão de vida das pessoas. A proposta está alinhada com as macrodiretrizes traçadas, no âmbito internacional, pelas Metas do Milênio, pactuadas no seio da Organização das Nações Unidas – ONU –, no âmbito nacional, pelo Programa Brasil sem Miséria, e, no âmbito regional, pelo Programa Travessia, iniciativas que dispõem sobre um conjunto de objetivos para o desenvolvimento social e a erradicação da extrema pobreza no País e no mundo.

Durante sua tramitação, a proposição recebeu substitutivo com vistas a ampliar o alcance das medidas consignadas na proposta original e a conferir maior clareza à estratégia adotada pelo projeto para o atingimento do fim a que se propôs.

Segundo o substitutivo apresentado, são beneficiários do fundo famílias em situação de extrema pobreza ou em situação de privação social identificadas pela aplicação dos critérios do Índice de Pobreza Multidimensional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, especialmente aquelas já identificadas pelo Projeto Porta a Porta, do Programa Travessia, e pessoas que se encontrem em situação de extrema pobreza. Dentre as alterações sugeridas, destaca-se a inclusão da finalidade de se assegurar alimentação adequada a essas famílias, bem como o aperfeiçoamento da definição dos beneficiários dos programas e ações que podem vir a receber recursos do FEM.

Com o objetivo de democratizar as decisões do FEM, inserir o Poder Legislativo na política de combate à miséria no Estado e assegurar a participação da sociedade civil na gestão do FEM de forma mais efetiva, ampliou-se o rol dos integrantes do Grupo Coordenador, inserindo outros conselhos e órgãos estatais na sua composição. Cumpre observar que a ampliação do número de representantes da sociedade civil no Grupo Coordenador do FEM atende a uma proposta apresentada no Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade.

Por fim, com relação à data de extinção do FEM, foi proposta a sua alteração para o dia 31/12/2030, de forma a compatibilizar sua duração com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, que impõe objetivos e metas a serem cumpridas pelo Estado até 2030.

Projeto de Lei nº 2.449/2011 - Alteração da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado, e fixação de prazo mínimo para alienação de veículos automotores apreendidos ou removidos

Ementa: Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e fixa prazo mínimo para alienação de veículos automotores apreendidos ou removidos.

De autoria do Executivo, essa proposição tem como objetivo atualizar os valores e modificar os critérios de cobrança da Taxa de Segurança Pública – TSP – devida na remoção e estada de veículos automotores; criar taxa sobre a disponibilização de acesso a sistema informatizado mantido ou controlado pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – a entidades a ele formalmente vinculadas; e estabelecer prazo para a alienação dos veículos apreendidos ou removidos.



O projeto foi aprovado em 1º turno na forma de substitutivo que visa reduzir alguns dos valores da taxa cobrada pela estada de veículo apreendido e pela remoção de veículo e instituir taxa pela prestação do serviço de emissão, processamento e cobrança de documento de arrecadação do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT – e pelo fornecimento de dados cadastrais dos proprietários de veículos automotores para fins de cobrança desse seguro.

Uma das principais modificações propostas pela Assembleia foi a isenção da Taxa de Emissão de Nota Fiscal Avulsa para o Microempreendedor Individual.

Projeto de Lei nº 2.452/2011 - Alteração da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

Esse projeto, de iniciativa do Governador do Estado, objetiva reduzir a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – incidente nas operações internas com álcool para fins carburantes, de 22% para 19%. A intenção é incentivar o consumo desse combustível, de fonte renovável e menos poluente, e desonerar o consumidor final.

A proposição também promove o aprimoramento das regras relativas à apropriação de crédito do ICMS decorrente da aquisição de bens para o ativo imobilizado – conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, edifícios, máquinas e equipamentos –, corrigindo algumas distorções provocadas pela regra vigente.

2.2 - COMISSÕES PERMANENTES

No exercício de suas funções constitucionais, a Assembleia tem se utilizado frequentemente de audiências públicas, visitas e debates públicos como forma de abrir espaço para a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento da representação, à democratização do processo legislativo, à produção de políticas públicas mais transparentes e eficazes.

Relatam-se, a seguir, as principais atividades de cada uma das Comissões Permanentes da Casa no decorrer de 2011, especialmente no que se refere a audiências públicas, visitas e debates públicos, realizados em Belo Horizonte e no interior de Minas, além de visitas a outros Estados da Federação.

Entre as atividades da Comissão de Administração Pública, destacaram-se as seguintes:

- debate, com membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, da pauta de reivindicações dessas corporações, seguindo-se reuniões das entidades representativas dos militares com representantes do Governo e com os respectivos comandantes-gerais. Posteriormente o Governador do Estado encaminhou à Casa mensagem contendo o Projeto de Lei nº 2109/2011, que resultou na Lei nº 19576/2011, que concede reajustes, no período de 2011 a 2015, às classes dos Policiais Cíveis e Militares, aos Militares do Corpo de Bombeiros, bem como aos Agentes de Segurança Penitenciários e Socioeducativos.

- debate da situação dos aprovados no VI Concurso Público para provimento de cargos da Defensoria Pública do Estado, em razão da demora no preenchimento das vagas e da necessidade de atendimento à população carente. Diante do número insuficiente de defensores no Estado, constatou-se na reunião a necessidade de contratação de 150 defensores aprovados no concurso. Em resposta a requerimento encaminhado pela Comissão, a Defensoria Pública relatou mais tarde que foram nomeados 70 candidatos aprovados, nos limites do impacto financeiro autorizado pelo Governo do Estado.

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização teve como destaques estas atividades:

- audiência pública em Caxambu, para tratar de problemas na rede de distribuição da Cemig. Em resposta a requerimento originado na audiência, a Cemig informou que a Gerência de Acompanhamento e Controle de Distribuição iria realizar uma inspeção na rede e programar a manutenção necessária.

- audiência pública destinada à apresentação do estudo técnico sobre o Programa de Desenvolvimento Regional "Vale do Aço: uma Agenda de Desenvolvimento Integrado". O Projeto de Lei Complementar nº 18/2011, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço e altera a Lei Complementar nº 90/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço, foi aprovado na Casa e remetido a sanção.

- audiência pública para debater a situação da Feira Hippie, intermediando o diálogo entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os feirantes. A transformação da feira em patrimônio cultural é prevista nos Projetos de Lei nº 1.057/11 e 1.456/11. A segunda proposição tramita anexada ao PL 1.057/11, que está pronto para a Ordem do Dia em Plenário, com pareceres favoráveis das duas Comissões a que foi submetido.

- audiência pública na cidade de Coimbra, para tratar dos direitos de moradia e segurança dos moradores do trecho de rodovia a ser municipalizado. Em resposta a requerimento da Comissão, o Ministério Público requisitou informações ao Município quanto às medidas garantidoras de segurança necessárias.

- audiência pública em Manga, para debater a falta de regulamentação do transporte de balsas para travessia do Rio São Francisco. Além de vários requerimentos pela regulamentação do transporte e fiscalização da atividade, a reunião deu origem a um Termo de Ajustamento de Conduta, entre a Prefeitura de Manga e o Ministério Público, que resultou em uma redução de até 40% no valor cobrado da população.

- audiência pública para debater a obra de ligação entre a BR-356 e a MG-030. Durante a reunião o Dnit informou que a obra deverá ser realizada em 2012.

Nas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária foram aprovados, com os ajustes ou substitutivos necessários ao seu aprimoramento, os seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 2.355/2011, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras do Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências.

- Projeto de Lei nº 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2011, e autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça Militar.



- Projeto de Lei nº 5.092/2010, do Governador do Estado, que cria cargos das carreiras de Agente de Segurança Penitenciário, Gestor Ambiental, Professor de Educação Superior, Analista Universitário e Técnico Universitário, reajusta os valores da vantagem pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991, e dá outras providências.

- Projeto de Lei nº 2.266/2011, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira. O objetivo do fundo é dar suporte financeiro aos projetos e ações vinculadas ao Programa Minas Legal.

- Projeto de Lei nº 2.109/2011, do Governador do Estado, que trata da concessão de reajustes a serem efetuados, no período de 2011 a 2015, para as classes dos Policiais Civis e Militares, dos Bombeiros Militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários, dos Agentes de Segurança Socioeducativos, para as carreiras administrativas da Polícia Civil e do pessoal civil da Polícia Militar, bem como do reajuste dos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo.

- Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia conferida a ex-governadores ou seus dependentes.

- Projeto de Lei nº 2.446/11, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Erradicação da Miséria.

- Projeto de Lei nº 2.442/2011, do Governador do Estado, que altera dispositivos da lei que autoriza o não ajuizamento de execução fiscal e institui formas alternativas de cobrança. O projeto pretende autorizar o não ajuizamento de execução fiscal de crédito do Estado de pequeno valor, instituindo meios de cobrança alternativos; promover alterações na Lei nº 15.424, de 2004, para atribuir ao devedor o pagamento das despesas advindas do registro de penhora, do protesto extrajudicial de sentença judicial e de certidão da dívida ativa; isentar dos emolumentos e taxa judiciária as autarquias e fundações do Estado; conceder remissão dos créditos tributários relativos ao ICMS inscritos em dívida ativa até 31/8/2011, cuja execução fiscal for igual ou inferior a R\$ 5.000,00, por meio de alteração na Lei nº 6.763, de 1975.

- Projetos de Lei nºs 2.447, 2.448, 2.449 e 2.452/2011, do Governador do Estado, que alteram a lei que consolida a legislação tributária de Minas Gerais.

- Projeto de Lei nº 2.447/2011, que altera o art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a conceder redução de carga tributária para o feijão, o tijolo cerâmico, a areia, a brita, a telha plástica e o kit para gás natural veicular, entre outros, bem como acrescentar o art. 12-A à referida lei, a fim de criar adicional de alíquota do ICMS incidente sobre mercadorias como bebidas alcoólicas, cigarros e armas.

- Projeto de Lei nº 2.448/2011, que visa promover alterações nos arts. 13, 22 e 55 da Lei nº 6.763, de 1975, com o objetivo de estabelecer a sistemática de substituição tributária para o pagamento do ICMS em todas as operações com energia elétrica, tanto nas realizadas no Ambiente de Contratação Regulada quanto no Ambiente de Contratação Livre.

- Projeto de Lei nº 2.449/2011, que tem como objetivo atualizar os valores e modificar os critérios de cobrança da Taxa de Segurança Pública devida na remoção e estada de veículos automotores; criar taxa sobre a disponibilização de acesso a sistema informatizado mantido ou controlado pelo Detran-MG a entidades a ele formalmente vinculadas; e estabelecer prazo para alienação dos veículos apreendidos ou removidos.

- Projeto de Lei nº 2.452/2011, que visa reduzir a alíquota do ICMS incidente nas operações internas com álcool para fins carburantes, de 22% para 19%, com vistas a incentivar o consumo de combustível de fonte renovável e menos poluente e desonerar o consumidor final.

- Projeto de Lei nº 2.390/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BNDES, até o limite de R\$ 250 milhões, a serem aplicados na execução das ações estabelecidas no I Programa de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, nas áreas de educação e juventude, infraestrutura aeroportuária, mobilidade urbana e segurança.

No âmbito da Comissão de Cultura, destacaram-se as seguintes atividades:

- audiências públicas para discutir a implementação do Conselho Estadual de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, uma das demandas do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, realizado pela Casa no início do ano. A primeira gerou requerimentos ao Governador e à Secretaria de Estado de Cultura, solicitando a reavaliação da composição do Conselho Estadual de Política Cultural, bem como o sistema de lista tríplice para designação de seus membros. A segunda audiência contou com a presença de representantes do Ministério da Cultura, aos quais os representantes dos setores artístico-culturais do Estado apresentaram propostas de aprimoramento do Plano Nacional de Cultura, contribuindo também para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Cultura.

- audiência pública que tratou da substituição tributária para que as microempresas e as empresas de pequeno porte possam se beneficiar dos incentivos fiscais da Lei de Incentivo à Cultura e da valorização da cultura junina, de acordo com propostas do Fórum Democrático. A reunião gerou um pedido de providências à Ministra de Estado da Cultura para que, no processo de institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, sejam adotados formulários padronizados nos diversos mecanismos de fomento e incentivo à cultura existentes no País, de modo a desburocratizar o acesso a esses mecanismos pelos empreendedores culturais; e outro ao Governador e ao Secretário de Estado de Fazenda, para que sejam viabilizados mecanismos para que as empresas abrangidas pelo regime de substituição tributária possam patrocinar projetos culturais, nos termos da Lei nº 17.615, de 2008, e do Decreto nº 44.866, de 2008.

- debate público sobre o ensino de música nas escolas, também atendendo a proposta do Fórum Democrático.

- audiência pública de monitoramento do PPAG 2008-2011, igualmente decorrente de propostas do Fórum Democrático no que concerne ao planejamento de políticas voltadas para a área cultural.

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte teve como destaques as seguintes atividades:

- audiências públicas para discutir questões relacionadas aos radares fixos e móveis no Estado, com suspeitas de direcionamento de licitações, superfaturamento e pagamento de propinas para contratação de equipamentos. A audiência deu origem a requerimentos à BHTrans e ao DER/MG, solicitando informações e esclarecimentos sobre o tema.



- visita ao km 6 da Rodovia MG-262, no Município de Sabará, com a finalidade de verificar denúncias de que o radar ali instalado encontrava-se em ponto mal sinalizado e de difícil observação, além de registrar velocidade incompatível com a via. As multas foram suspensas, e o radar, desativado.

- audiência para discutir a instalação de detectores de avanço de sinal nos principais corredores de trânsito de Belo Horizonte. A reunião suscitou pedido de providências à BHTrans para que disponibilizasse, a requerimento do condutor interessado, cópia da filmagem relativa à infração de trânsito por avanço de sinal e a respectiva pontuação na carteira de habilitação. A BHTrans atendeu à reivindicação e ainda suspendeu os radares no período das 23h às 6h.

- audiência pública para discutir denúncias de venda casada na comercialização de plano de assistência técnica pela Net. O representante da empresa assumiu o compromisso de que será informado aos clientes, por meio de notificação em boleto, que o pagamento da taxa relativa à assistência técnica será opcional, podendo ser cancelado a qualquer momento.

- audiência pública em Sete Lagoas para discutir a situação de mutuários da Cohab, no Bairro Nova Cidade, que adquiriram imóveis a partir de janeiro de 1982 e ainda esperam receber suas escrituras. Representantes da Cohab disseram que é intenção do Governo de Minas agilizar o processo e se comprometeram a realizar no Município, em janeiro de 2012, o Mutirão das Escrituras. Informaram ainda que a companhia irá tomar providências para agilizar processos semelhantes em outros 102 Municípios.

- audiência pública para discutir o projeto de modernização do Mercado Distrital do Cruzeiro apresentado à Prefeitura de Belo Horizonte, em especial as consequências de sua implantação. Como resultado, a Prefeitura suspendeu o projeto e abriu o debate sobre a revitalização do referido espaço.

- audiência pública para debater a qualidade dos serviços prestados pela empresa de telefonia celular TIM, tendo em vista os constantes problemas enfrentados pelos usuários. A reunião subsidiou a apresentação de uma ação civil pública, por parte da Associação Brasileira de Consumidores, visando à condenação da TIM por irregularidades na ampliação de sua rede de transmissão.

- audiência pública para discutir com a comissão de juristas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor as propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor elaboradas pelo Senado Federal. A Assembleia se colocou como mediadora na discussão sobre as mudanças na norma federal.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizou audiências públicas e visitas, algumas junto com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. Destacou-se a visita ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais para discutir a concessão de auxílio-invalidez naquela corporação. O Comandante-Geral da PM se comprometeu a rever os processos de concessão do auxílio indeferidos e a consultar a Advocacia-Geral do Estado sobre o assunto.

Na Comissão Direitos Humanos, destacaram-se as seguintes atividades:

- audiência pública para debater a construção do novo fórum de Contagem. O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais afirmou que até julho de 2012 deverá estar concluído o projeto de construção do fórum.

- audiência pública em Ribeirão das Neves, na qual a população reivindicou que nenhum outro presídio seja construído no Município, reivindicação transformada em requerimento da Comissão. Em resposta, o Secretário de Estado de Defesa Social informou sobre a necessidade de construção de novas unidades prisionais e ressaltou que isso não causará impacto negativo no Município. A Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais esclareceu que será implantado um complexo penitenciário no modelo de parceria público-privada.

- audiências públicas para discutir os direitos dos herdeiros das famílias Abreu e Hilário, que lutam por indenização em virtude de desapropriações para a construção da Cidade Industrial de Contagem. O processo relativo ao caso tramita no Poder Judiciário, e há mais de 70 anos os herdeiros esperam pela indenização.

- debate público sobre o tema "Sala Escura da Tortura", sugerido no Fórum Democrático para Desenvolvimento de Minas Gerais. O debate ocorreu em um momento em que o Congresso Nacional estava discutindo a criação de uma comissão para esclarecer os aspectos obscuros envolvendo as vítimas da ditadura.

Entre as atividades da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, destacou-se a audiência pública para discussão da chamada "Lei do Subsídio" e das demais normas que regulamentam a atividade e a remuneração dos profissionais da educação. Resultou da reunião a formação de um grupo de estudos para analisar as reivindicações apresentadas pelos diretores estaduais. Esse grupo produziu um documento que foi entregue à Secretária de Estado de Educação. A prorrogação do prazo de opção pelo subsídio ou pelo regime remuneratório, reivindicada na audiência, foi atendida pela Secretaria.

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude teve como destaques:

- audiência pública para discutir questões vinculadas à juventude, dando origem a uma visita à respectiva Secretaria de Estado para conhecer o Plug Minas, na qual os Deputados tiveram informações sobre a principal ação da política pública voltada para os jovens no Estado.

- audiências públicas e visitas decorrentes de propostas do Fórum Democrático, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas voltadas para o esporte, o lazer e a juventude.

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destacaram-se as seguintes atividades:

- audiência pública para debater os impactos ambientais da atividade de mineração nas Serras do Gandarela, da Moeda, do Curral, do Rola Moça e na Mina Capão Xavier, entre outras, com a participação de mais de 200 pessoas. Em resposta a apelos apresentados na audiência, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – afirmou que tem procurado ser rigorosa em relação à concessão de licença prévia e informou que a meta do Estado é regularizar 80 mil hectares por ano para garantir as áreas de preservação ambiental.

- visita à Semad, para discutir a questão do depósito de lixo nuclear no Município de Caldas. O Secretário Adriano Magalhães Chaves afirmou que o Governo do Estado vai exigir o monitoramento permanente das águas da região para verificar os níveis de radioatividade.



- audiência pública para debater a situação dos caminhoneiros perante a Operação Corcel Negro II, deflagrada no mês de julho, com objetivo de investigar fraudes na produção e venda de carvão vegetal por empresas-fantasma. Os caminhoneiros alegaram ter sido vítimas de irregularidades cometidas por outros setores envolvidos na cadeia produtiva e solicitaram ao Ministério Público e ao Ibama negociação das multas aplicadas e liberação dos veículos apreendidos.

A Comissão de Minas e Energia teve como destaques estas atividades:

- audiências públicas e visitas para debater questões referentes à Cemig, como a qualidade dos serviços prestados, da rede elétrica na capital e do interior, o programa "Energia do Bem" e a compra de 33% das ações do capital votante da empresa pela Andrade Gutierrez.

- audiência pública em Mariana para discutir a reativação da Mina Del Rey, com a presença de mais de 200 pessoas, que defenderam os interesses culturais e ambientais da cidade, antecipando-se a decisões da Vale. A Comissão encaminhou ao Conselho Estadual do Meio Ambiente e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja garantida ampla participação popular nas audiências públicas para discutir a reativação da mina.

- audiência pública em Conceição do Mato Dentro para discutir a extração de minério de ferro e as atividades da Anglo American ao longo da Serra da Ferrugem, quanto ao não cumprimento de medidas compensatórias, à contaminação da água de córregos e ribeirões e ao surgimento de problemas urbanos.

Destacaram-se, entre as atividades da Comissão de Participação Popular:

- audiências públicas e visitas para discutir o abastecimento de água e o saneamento básico em pequenas comunidades rurais do Médio Vale do Jequitinhonha, afetadas pelo secamento de rios e pelo armazenamento inadequado em caixas d'água, poços e pequenos açudes. Em resposta a solicitação da Comissão, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana anunciou um plano de ação para solucionar tais problemas em dez municípios da região, abrangendo 29 comunidades, com prazo de cumprimento de 24 meses.

- audiências públicas de monitoramento do PPAG 2008-2011, em que foram analisadas, entre outras, propostas apresentadas no Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, destacaram-se as seguintes atividades:

- audiências públicas na Casa para debater: a terceirização das atividades praticadas na silvicultura; as alterações previstas para o Código Florestal Brasileiro, relacionadas com o setor produtivo do Estado; a alimentação escolar na rede estadual de ensino; as dificuldades na consolidação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Estado; o lançamento do Plano Safra 2011/2012; o licenciamento ambiental para a instalação de tranques-rede no Lago de Furnas; o monitoramento do PPAG 2008/2011; a implementação do Plano Diretor de Irrigação, o uso das águas de bacias hidrográficas nacionais e a adoção de parcerias público-privadas para irrigação; a regulamentação da Lei de Habilitação Sanitária dos Empreendimentos Agroindustriais Rurais de Pequeno Porte e a certificação do queijo Minas artesanal; a aplicação da Lei nº 19.583, de 2011, que dispõe sobre as condições de manipulação e o beneficiamento artesanal do leite de cabra e de ovelha e de seus derivados; o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária no Estado; a criação e gestão do Fundo Estadual do Café, com vistas ao fortalecimento da cafeicultura no Estado; a campanha nacional do Incra "Reforma agrária – esta conquista não está à venda".

- audiências públicas no interior do Estado para debater: a política econômica para o setor cafeeiro no atual cenário socioeconômico e ambiental (em Três Pontas); a comercialização e distribuição do queijo artesanal na feiras livres na Região Metropolitana do Vale do Aço (em Ipatinga).

- visitas para debater: a 77ª Expozebu e questões apresentadas por produtores rurais do Triângulo Mineiro (em Uberaba); a terceirização do trabalho nas atividades de silvicultura no Estado (na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte).

- debate público sobre a Política Nacional para a Cadeia Produtiva do Leite.

No âmbito da Comissão de Saúde, destacaram-se estas atividades:

- audiência pública de monitoramento do PPAG 2008-2011, atendendo a propostas do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais no que concerne ao planejamento de políticas voltadas para a saúde, com apresentação dos Projetos Estruturadores "Saúde em Casa", "Regionalização: Redes de Atenção à Saúde" e "Saúde Integrada: Logística e Apoio às Redes de Atenção".

- reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater o processo de produção, comercialização e distribuição do queijo artesanal mineiro, gerando diversos requerimentos, dirigidos à Epamig, à Emater, à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Instituto Mineiro de Agropecuária, à Anvisa e ao Procon Estadual.

- debate público sobre "O financiamento da saúde no Brasil: em busca de soluções para o SUS", para discutir a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/2000.

A Comissão Segurança Pública teve como destaques as seguintes atividades:

- audiência pública para apresentação do relatório da Comissão de Representação do Fórum Técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", realizado pela Casa em 2010, contendo sugestões relativas às propostas aprovadas na ocasião.

- reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a violência nas escolas e colher sugestões para o combate e a prevenção ao problema. Dessa reunião surgiu a proposta de realização do Fórum Técnico "Segurança nas Escolas – Por uma Cultura de Paz", que ocorreu em seis regiões do Estado, com a etapa final na Assembleia.

Na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, destacaram-se estas atividades:

- audiência pública, em Montes Claros, para debater a situação do Aeroporto Mário Ribeiro da Silveira, diante de deficiências apresentadas e do aumento crescente do número de passageiros. Após a audiência, o terminal passou por obras de reforma, incluindo a implantação de equipamentos de mobilidade para pessoas com deficiência, ampliação da sala de desembarque, troca da esteira, reforma nos banheiros, acréscimo de balcões de check-in e ampliação do saguão.



- audiência pública, em Coronel Fabriciano, para debater a duplicação e requalificação da BR-381, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Governador Valadares. Ficou acertado que a obra começaria no trecho entre o Anel Rodoviário de Belo Horizonte e a cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo. O edital de licitação foi aberto no mês de outubro.

- audiência pública para debater a construção de trevos para acesso ao Santuário da Serra da Piedade, aos distritos de Roças Novas e Penedia, à Fazenda do Estado e ao Condomínio Quintas da Serra, no Município de Caeté. Foi anunciado na audiência que os trechos integram o Programa de Segurança Viária (Proseg), do Governo do Estado, e já estão prontos para a etapa de licitação.

- visita para verificar a execução das obras no Mineirão, com atenção para questões de sustentabilidade, como o aproveitamento da água de chuva e a captação de energia solar.

No âmbito da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, destacaram-se estas atividades:

- audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Esportes, Lazer e Juventude, nas seis cidades mineiras pré-selecionadas como subdesdes da Copa de 2014 (Uberlândia, Araxá, Extrema, Montes Claros, Juiz de Fora e Matias Barbosa), com vistas a repassar informações necessárias à consolidação de suas candidaturas para serem escolhidas como Centro de Treinamento de Seleções.

- audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nas cidades de Três Marias, Capitólio, Sacramento e Nova Ponte, para discutir a proposta de implantação de um Programa Mineiro de Incentivo ao Turismo da Pesca Esportiva, antiga demanda do setor no Estado.

A Comissão de Trabalho, Previdência e Ação Social teve como destaques as seguintes atividades:

- audiências públicas na Assembleia para discutir: a criação do Programa Estadual de Capacitação e Qualificação Social e Profissional; as condições de trabalho dos operadores de telemarketing; a viabilidade de instalação de um polo industrial voltado para a confecção de bolsas e similares na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a criação de um programa de formação de mão de obra para o setor; o monitoramento do PPAG 2008/2011; a capacitação profissional dos trabalhadores durante o período em que recebem o seguro-desemprego; a política de economia popular e solidária no Estado; o Projeto de Lei Federal nº 865/2011, que cria a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (em conjunto com a Comissão de Participação Popular); questões relativas à gratuidade do transporte intermunicipal para idosos (em conjunto com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas); o acolhimento institucional no Estado para pessoas com deficiência (em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

- audiências públicas no interior do Estado: em Ipatinga, para discutir questões da economia solidária; em Araçuaí, para discutir a situação de desemprego dos cortadores de cana frente à acelerada mecanização do campo.

2.3 – COMISSÕES ESPECIAIS

Comissão Especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, que dispõe sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão realizou uma audiência pública, no dia 15 de junho, para discutir a aplicação da PEC no âmbito estadual, tendo como convidados Álvaro Ricardo de Souza Cruz, procurador da República do Ministério Público Federal e professor da PUC Minas, e Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes, professor de Direito Constitucional da UFMG. Eles afirmaram ser viável transpor a Ação Direta de Constitucionalidade federal para o âmbito estadual, justificando que o controle de constitucionalidade exercido por órgãos judiciais superiores é mais um elemento a limitar a atuação do Poder Legislativo.

Bernardo Fernandes disse que a criação de Adin e ADC, entre outras ações, mostra a ampliação das atribuições do Poder Judiciário, em detrimento das competências do Legislativo, e sugeriu que seja incorporada ao texto da matéria estadual a previsão de uso de medida cautelar. Álvaro Cruz defendeu que a proposição estabeleça mecanismos de participação popular na Ação Direta de Constitucionalidade. Após a audiência, a PEC recebeu parecer pela aprovação em 1º e 2º turnos na Comissão Especial e foi encaminhada ao Plenário, onde foi aprovada, com emendas.

Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Cipe Rio Doce. A Comissão realizou, na Assembleia, audiências públicas para discutir a agência de bacia, a cobrança pelo uso da água e o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce: cenários, desafios e recursos financeiros para sua implementação; e programas desenvolvidos pelo Ministério das Cidades e pela Funasa em prol do saneamento básico municipal.

Deputados membros da Comissão participaram de viagem a Brasília, para participar da XXV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; de reunião com o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Adriano Magalhães; e da 1ª Reunião Regional da Cipe Rio Doce em Vitória (ES).

A Comissão promoveu também audiências públicas em Ipatinga, João Monlevade, Itabira, Governador Valadares e Caratinga, com participação de representantes da Semad, Sedru, Funasa, IEF e Emater. As audiências constaram de exposições e debates sobre os seguintes temas: saneamento ambiental na Bacia do Rio Doce; Deliberações Normativas Copam nº 96/2006 e 128/2008, que convocam os Municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgotos; programas dos Governos Federal e Estadual em prol do saneamento básico municipal; ampliação das áreas de vegetação nativa e recuperação de áreas degradadas na Bacia do Rio Doce; iniciativas da Emater em ações de preservação.

3 – ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DE INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE

O ano de 2011 foi marcado pelo início da 17ª Legislatura. A renovação do corpo político, realizada a partir das eleições de 2010, e o novo perfil institucional traçado pela atual Mesa impuseram um intenso ritmo de trabalho para a organização e a realização de diversas atividades de interlocução com a sociedade.

Todos os eventos institucionais realizados pela Casa no ano de 2011 pautaram-se pelos objetivos finalísticos e pelos compromissos estabelecidos para a Assembleia, sobretudo o de ampliar e aprimorar a participação da sociedade nas atividades do Poder Legislativo; o de se consolidar como ponto de convergência do poder público e da sociedade na discussão das estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado e o de produzir legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade.

Por meio desses eventos, o Legislativo mineiro buscou consolidar-se como espaço de representação e de manifestação da sociedade, conforme expressa o novo “slogan”: “poder e voz do cidadão”.



Elaboração da agenda de trabalhos da Assembleia

O início da 17ª Legislatura foi marcado pela realização de um evento institucional de grande porte, no qual foram discutidos dez temas (Assistência Social, Cultura, Defesa Social, Desenvolvimento Econômico e Inovação, Direito Humanos, Educação, Esporte e Juventude, Governança Regional e Urbana, Meio Ambiente e Saúde).

A realização do Fórum Democrático representou um passo importante para o cumprimento do compromisso estabelecido no âmbito Direcionamento Estratégico de produzir legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade, sempre tendo em vista a missão institucional de exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Além das contribuições oferecidas pelos participantes do evento, os consultores da Gerência-Geral de Consultoria Temática da Casa ficaram responsáveis por extrair das exposições e dos debates propostas relevantes para o desenvolvimento do Estado. Houve ainda consulta a Deputados e especialistas e uma consulta pública pela internet, com o objetivo de responder à seguinte questão: “O que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?”.

O número expressivo de contribuições recebidas por meio da consulta pública evidenciou sua importância como ferramenta de interatividade e sinalizou que a Assembleia Legislativa deve procurar adotá-la sempre que possível, como forma de ratificar o compromisso institucional de ampliar e viabilizar a participação da sociedade.

Mulher

Como ocorre anualmente, no mês de março foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Abriu-se espaço na sessão ordinária do Plenário, no dia 15, para que Deputadas e representantes de entidades de defesa dos direitos da mulher pudessem discutir o tema “Mulher – violência, saúde, trabalho, educação e poder”.

Reforma Política

A realização do Debate Público “Minas na Reforma Política” foi uma iniciativa da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política da Assembleia para colher subsídios da população mineira sobre o projeto de reforma política em tramitação no Congresso Nacional.

Também foi realizada uma consulta pública sobre o tema e, novamente, o número de participações foi elevado, o que reforça a ideia de que a sociedade mineira está disposta a oferecer suas contribuições, basta que sejam oferecidas condições e oportunidades. Coube à Assembleia buscar o aprimoramento dessa ferramenta de interlocução com a sociedade, em observância à prioridade estabelecida para o Legislativo mineiro de utilizar novas tecnologias no relacionamento com o cidadão, como forma de ampliar a informação, a participação e a interatividade. Em relação às consultas públicas já realizadas, o grande avanço foi a concepção de novo leiaute, que tornou a utilização da ferramenta mais fácil e cômoda para o usuário.

Eradicação da pobreza e enfrentamento das desigualdades sociais e regionais

O Ciclo de Debates “Estratégias para Superação da Pobreza”, realizado em junho, marcou o início das atividades da Casa destinadas a posicionar o Legislativo mineiro como propulsor de ações voltadas à erradicação da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

Nesse Ciclo, expositores e participantes discutiram ações e medidas que devem ser adotadas para que Minas Gerais consiga erradicar a pobreza e as desigualdades.

A partir da realização desse evento, percebeu-se a necessidade de ampliar as discussões, de modo que se possibilitasse a elaboração de um diagnóstico regional e o recolhimento de propostas provenientes de cada região do Estado, tendo em vista as peculiaridades existentes.

Nasceu então o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade”. A organização do Seminário ocorreu em tempo recorde (menos de três meses entre a primeira reunião preparatória e o primeiro encontro regional) e contou com a participação de mais de 80 entidades parceiras. A opção por uma análise ampla do tema fez com que vários subtemas surgissem ao longo da etapa preparatória e garantiu a participação de segmentos da sociedade que dificilmente trabalhariam juntos caso houvesse uma delimitação mais rígida da temática a ser discutida.

Ainda durante a etapa preparatória, a Comissão Organizadora se dividiu em seis grupos, as Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs –, que ficaram responsáveis pela apresentação de propostas básicas sobre cada um dos temas a serem abordados nas etapas seguintes. Para enriquecer as discussões das CTIs e qualificar as propostas a serem oferecidas, foram convidados especialistas que, embora não compusessem a Comissão Organizadora, participaram dos debates e dos trabalhos das referidas Comissões.

Durante os meses de setembro e outubro foram realizados 12 encontros regionais, sendo um em cada uma das dez regiões de planejamento do Estado, um na região do Mucuri, uma vez que a extensão da região Jequitinhonha/Mucuri exigiu a realização de dois encontros, e um na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. A etapa de interiorização foi de grande importância para propiciar a interação entre a Assembleia e os mineiros das diversas regiões do Estado, dando ao Legislativo a oportunidade de conhecer melhor as necessidades e expectativas da população em cada região, com o objetivo de sintonizar suas atividades com esses anseios.

As propostas de âmbito estadual recebidas nos encontros regionais foram consolidadas e discutidas na etapa final, realizada em Belo Horizonte. Já as propostas de âmbito regional foram encaminhadas à Gerência-Geral de Consultoria Temática da Casa para adequação e inclusão no PPAG 2012-2015.

Algumas das propostas apresentadas e aprovadas pelos participantes integram projetos de lei já em trâmite na Casa, como os Projetos de Lei nº 767/2011, que institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua, e nº 2.421/2011, que institui a Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema; ou constituem norma jurídica recentemente aprovada, como a Lei nº 19.823, que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de material reutilizável e reciclável – a bolsa reciclagem.

Também nesse evento, a Assembleia contou com a ferramenta da consulta pública e novamente obteve êxito, o que demonstra que esse instrumento de participação tem-se consolidado como indispensável e constitui, efetivamente, uma das novas tecnologias que



devem ser utilizadas no relacionamento da Assembleia com o cidadão, de forma a ampliar a informação, a participação e a interatividade.

Um grande diferencial desse evento foi a disponibilização de recursos, por parte da Assembleia, para custear o transporte, a hospedagem e a alimentação de representantes regionais eleitos em cada encontro. No total, 240 cidadãos mineiros, divididos entre representantes da sociedade civil e do poder público, puderam participar da etapa final e defender os interesses de sua região. Esse foi mais um esforço da Casa para cumprir sua missão, observando-se os compromissos e os objetivos estabelecidos no Direcionamento Estratégico. Houve, neste caso, uma verdadeira democratização da participação da sociedade, pois vários desses representantes somente puderam se deslocar de suas regiões e participar ativamente dos três dias de discussões na etapa final do Seminário porque a Assembleia arcou com suas despesas.

Nesse evento, a Assembleia percebeu que criar o espaço de discussão era apenas uma parte do processo. Oferecer condições e viabilizar a participação efetiva demonstrou o grau de comprometimento da Casa com a democratização da participação regionalizada. O nível das discussões e das propostas oferecidas provou que esse é o caminho adequado.

A etapa final do Seminário coincidiu com a promulgação da Emenda à Constituição nº 86, de 2011, que inclui a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos prioritários do Governo do Estado de Minas Gerais.

Piso salarial estadual

No mês de agosto foi realizado o Ciclo de Debates “Piso Salarial em Minas Gerais” com os seguintes objetivos: discutir o papel do salário no fomento ao desenvolvimento e no combate à pobreza, como garantia da dignidade humana, e a implantação do piso salarial no Estado de Minas Gerais, considerando as particularidades regionais, as peculiaridades setoriais, as características do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores; conhecer a experiência de outros Estados onde o piso salarial foi implantado; e identificar os impactos sociais e econômicos da implantação do piso salarial em Minas Gerais.

A temática dominante nesse Ciclo de Debates mostrou-se sempre consoante aquela discutida em outros eventos: a redução das desigualdades sociais. Certamente, não se trata de uma coincidência, mas sim de uma questão entendida pela sociedade mineira como determinante para o desenvolvimento do Estado.

Segurança nas Escolas

Outro grande evento realizado neste ano foi o Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: por uma cultura de paz”. Nesse evento, discutiu-se o problema da violência dentro e fora do ambiente escolar, com impacto sobre a educação; e foram propostas medidas e ações de prevenção e de repressão à violência escolar.

Esse Fórum constituiu-se como um desdobramento natural de dois outros Fóruns Técnicos: o “Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: desafios da política educacional”, realizado em 2009, e o “Segurança pública: drogas, criminalidade e violência”, realizado em 2010. Essa recorrência temática sinaliza uma preocupação da sociedade mineira com as questões relacionadas à segurança pública e à educação. Além disso, o número de entidades e cidadãos atraídos para as discussões sobre esses temas demonstra que muitos mineiros depositam na Assembleia suas expectativas de realização de uma discussão ampla, que resulte em soluções efetivas. Nesse sentido, entende-se que esses temas merecem especial atenção e devem gerar desdobramentos futuros dentro da Casa, tanto em atividades realizadas no âmbito das comissões permanentes quanto em outros eventos institucionais.

Na etapa de interiorização desse evento foram realizados seis encontros regionais com o objetivo de conhecer melhor a realidade das diversas regiões do Estado, colher propostas sobre o tema e identificar iniciativas bem sucedidas na prevenção e no combate à violência nas escolas.

Também nesse evento foram eleitos representantes regionais para participar da etapa final. Entretanto, a decisão tardia de custear hospedagem e alimentação dos referidos representantes e o fato de não haver custeio do transporte até a Capital impediram a participação de vários representantes eleitos, o que inviabilizou uma real representação regional nessa etapa do evento.

Durante as audiências públicas para elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015 –, a Comissão de Representação eleita para acompanhar os desdobramentos do Fórum Técnico se mobilizou e buscou incluir algumas das propostas aprovadas no evento e que dependem de dotação orçamentária para que sejam implementadas.

Parlamento Jovem

A questão do combate ao uso de drogas permeou os debates realizados por jovens de várias regiões do Estado no Parlamento Jovem de Minas 2011, realizado pela Escola do Legislativo, com o apoio da Gerência-Geral de Projetos Institucionais.

Esta foi a segunda edição estadual do evento, isto é, alunos de 16 Municípios mineiros participaram inicialmente das discussões nos Parlamentos Jovens Municipais e os representantes eleitos em cada PJ Municipal vieram à Capital discutir o tema e as propostas na etapa estadual.

Parcerias com o Poder Executivo

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais sempre se dispõe a atender solicitações de parcerias quando o objetivo é a formulação de políticas públicas e a elaboração ou a revisão do planejamento do Governo. Nesse ano, tais parcerias foram implementadas em duas Conferências Estaduais e nas audiências públicas de elaboração do PPAG 2012-2015.

Embora as conferências estaduais sejam uma realização do Executivo, a participação da Assembleia em sua organização e realização tem sido importante.

Na III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, consultores da Assembleia acompanharam a etapa de preparação, colaborando com a elaboração do regimento e do regulamento, a definição de questões referentes à eleição de delegados para a Conferência Nacional e orientando sobre as estratégias para mobilização dos Municípios.

Já na III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, a participação da Assembleia foi mais ampla. Os servidores da Gerência-Geral de Projetos Institucionais atuaram desde a fase preparatória e, durante a realização da Conferência, coube a essa equipe assessorar as mesas; orientar os coordenadores dos grupos de trabalho; participar dos trabalhos de grupo; e sistematizar, em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, o documento a ser apreciado na plenária final.

Também em parceria com o Executivo foram realizadas as audiências públicas de elaboração do PPAG 2012-2015. Nesse ano, as propostas aprovadas em dois eventos institucionais realizados pela Assembleia – o Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: por uma cultura de paz” e o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade” – subsidiaram as discussões nas audiências públicas. Algumas propostas recebidas no Seminário, por meio de consulta pública, foram automaticamente destacadas por servidores da Gerência-Geral de Consultoria Temática como relevantes para o PPAG.

4 – MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelo Regimento Interno, dirigiu os trabalhos legislativos e orientou os serviços administrativos no ano de 2011 em conformidade com a sua missão institucional de exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado e com a diretriz central estabelecida para o Parlamento mineiro no biênio 2011/2012 de ser "a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania".

Para fins de alinhar as atividades da Assembleia com sua missão, compromissos e diretrizes, já no início da sessão legislativa foi realizado, por iniciativa da Mesa, o Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Por meio desse evento a sociedade foi convidada a participar da agenda de trabalhos da Assembleia, mediante sugestões em dez grandes áreas (Educação, Cultura, Esporte e Juventude, Saúde Pública, Assistência Social, Defesa Social, Desenvolvimento Econômico e Inovação, Governança Regional e Urbana, Meio Ambiente e Direitos Humanos), com o objetivo, entre outros, de buscar a construção de uma sociedade melhor por meio da formulação de uma agenda voltada para o desenvolvimento do Estado. As sugestões dos participantes foram organizadas em um estudo sobre os desafios a serem enfrentados pelo Estado – em especial pelo Poder Legislativo –, resultando em um documento que ajudou a Mesa a definir suas prioridades e ações para os próximos anos.

Dessa premissa de planejamento, que se inscreve no Direcionamento Estratégico da Assembleia implantado no ano passado e que norteará a sua atuação até 2020, a Mesa estabeleceu, por meio da Deliberação nº 2.510, de 16/5/2011, as seguintes prioridades para os próximos dois anos:

1 – fortalecimento das comissões como espaço de participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas setoriais do Estado;

2 – interiorização e regionalização das ações da Assembleia, de forma a aproximá-las das necessidades e expectativas da população em cada região do Estado;

3 – utilização de novas tecnologias no relacionamento da Assembleia com o cidadão, de forma a ampliar a informação, a participação e a interatividade;

4 – articulação de esforços entre a Secretaria da Assembleia e os gabinetes parlamentares no aprimoramento da interlocução com os cidadãos e com os diversos segmentos da sociedade;

5 – sistematização e disponibilização de informações sobre a execução das políticas setoriais pelo poder público estadual, com vistas ao aprimoramento da ação fiscalizadora da sociedade e do Poder Legislativo;

6 – resgate e disseminação da memória do Parlamento mineiro e da história política de Minas, com vistas a ampliar a compreensão do papel do Poder Legislativo e a estimular a participação política dos cidadãos;

7 – ampliação e racionalização do uso dos espaços físicos da Assembleia, com vistas a adequá-los à crescente participação da sociedade nas atividades institucionais;

8 – racionalização dos fluxos e processos de trabalho como instrumento para uma gestão moderna e eficiente;

9 – integração contínua dos servidores dos diversos quadros de pessoal da Assembleia;

10 – alinhamento das ações e dos projetos da Secretaria da Assembleia ao Direcionamento Estratégico.

Essas prioridades, além de serem observadas pelos diversos setores no planejamento e na execução de suas atividades, são concretizadas por meio dos projetos específicos previstos no Direcionamento Estratégico. Vale dizer que os projetos prioritários, que podem ser considerados como focos de esforço concentrado para o alcance dos resultados institucionais, mobilizam todos os esforços da Casa e todas as suas ações podem ser acompanhadas de perto por meio do “hotsite” criado especialmente para esse fim, que oferece informações atualizadas sobre o curso de cada projeto. Para o biênio 2011/2012, foram definidos os seguintes projetos na Deliberação da Mesa nº 2.510:

1 – Assembleia de Todos;

2 – Cidadania Ribeirinha;

3 – A Lei a Serviço do Cidadão – Fase II;

4 – Minas nos Gabinetes Parlamentares;

5 – Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas;

6 – Aprimoramento dos Eventos da Assembleia;

7 – Informação de Contexto para o Parlamentar;

8 – Memória do Legislativo Mineiro;

9 – Gestão de Competências em Recursos Humanos;

10 – Gestão e Governança em Processos;

11 – Plano Diretor de Ocupação de Espaços.

Alinhada à diretriz estratégica de colocar a Assembleia como instrumento de enfrentamento das desigualdades e de promoção da cidadania, a edição da Resolução nº 5.344, que cria a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é uma ação da Mesa em 2011 que merece destaque. A nova comissão foi instalada neste mesmo ano e promoveu um vigoroso trabalho, conforme já se evidenciou no item 2.2 deste relatório.

Por iniciativa da Mesa também foram criadas duas comissões extraordinárias. Uma para acompanhar os trabalhos da Reforma Política, tendo em vista que possíveis modificações no ordenamento jurídico federal repercutirão sobre as relações políticas nos



Estados e Municípios, e a outra, a de Integração ao Parlamento do Mercosul – Parlasul –, tendo em vista o peso estratégico da integração de Minas Gerais à economia do Cone Sul.

As alterações na estrutura administrativa da Secretaria da Assembleia determinadas pela Mesa tiveram como principal foco o alinhamento das atividades dos setores ao Direcionamento Estratégico. Foi assim criada a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas, subordinada à Gerência-Geral de Consultoria Temática, por meio da Deliberação nº 2.515, por demanda do projeto “Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”. Também foram realizadas mudanças na Diretoria de Planejamento e Coordenação, por meio da Deliberação nº 2.521. Nesse caso, a Gerência-Geral de Planejamento e Normatização passou a ser de Gestão de Processos e Normatização, tendo em vista que assumirá atribuições decorrentes do projeto “Gestão e Governança em Processos”, e a de Sistemas de Informação passou a se chamar de Tecnologia da Informação, com mudanças nas gerências internas, em sintonia com o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação, formulado no início deste ano. Foi também criada a Diretoria-Geral Adjunta, por meio da Resolução nº 5.345, com a finalidade de transferir para o novo órgão a atribuição de prestar suporte às atividades institucionais, além de gerir as ações de segurança e vigilância, que antes eram submetidas à Diretoria de Infraestrutura.

Entre as principais normas e atos normativos de iniciativa da Mesa da Assembleia, destacam-se, além dos já citados, os seguintes:

– Resolução nº 5.347, que altera a Resolução nº 5.214, de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores, com o objetivo de conceder ao Técnico de Apoio Legislativo a paridade com o Analista Legislativo de concorrer, após o estágio probatório, a até três padrões a partir do ano subsequente ao de sua estabilização na primeira classe de desenvolvimento na carreira;

– Resolução nº 5.348, que dispõe sobre a prestação de contas da Assembleia Legislativa, com a finalidade de regulamentar o seu procedimento de prestação de contas, adequando-o às exigências da Lei Complementar Federal nº 131, de 27/5/2009, que acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de determinar a divulgação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

– Resolução nº 5.349, que institui o diário oficial eletrônico da Assembleia Legislativa. O diário eletrônico substituirá a versão impressa das publicações da Assembleia Legislativa no Órgão Oficial dos Poderes do Estado, com validade jurídica conferida por meio de certificação digital. Ressalte-se que a diminuição do uso de papel é medida que vem sendo cada vez mais adotada, no intuito comum de contribuir para a melhoria do meio ambiente, evitando, por um lado, a derrubada de árvores e, por outro, o excesso de produção de lixo;

– Resolução nº 5.350, que institui a Política de Acessibilidade para a Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida no âmbito da Assembleia Legislativa. A política de acessibilidade da Assembleia é fruto dos compromissos e prioridades estabelecidos no Direcionamento Estratégico e fundamenta-se na premissa de que uma sociedade justa e democrática não pode deixar de incluir a pessoa com deficiência nem deixar de abrigar, de todos os modos, os seus interesses e direitos;

– Deliberação da Mesa nº 2.504, que dispõe sobre o sistema de publicações da Assembleia Legislativa, com o objetivo de disciplinar procedimentos de interesse institucional pela Assembleia, de forma a padronizá-los e adequá-los à política de comunicação do Parlamento mineiro. A formalização dos processos vai tornar o trabalho mais racional, facilitando a rotina das áreas envolvidas, de acordo com metas do Direcionamento Estratégico;

– Deliberação da Mesa nº 2.505, que regulamenta a concessão do auxílio-moradia ao Deputado, com o estabelecimento de regra importante que veda o pagamento retroativo na hipótese de reconsideração do pedido de renúncia ao benefício;

– Deliberação da Mesa nº 2.507, que institui o Comitê Gestor do Cadastro Institucional, com o objetivo de atender a demandas de projetos do Direcionamento Estratégico;

– Deliberação da Mesa nº 2.508, que altera dispositivos da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 2009, que disciplina a aplicação de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar;

– Deliberação da Mesa nº 2.511, que dispõe sobre a concessão de diária de viagem no âmbito da Assembleia Legislativa;

– Deliberação da Mesa nº 2.514, que dispõe sobre os procedimentos para celebração e execução de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa, resultante de estudos realizados por grupo de trabalho instituído para essa finalidade;

– Deliberação da Mesa nº 2.517, que regulamenta o estágio probatório dos servidores;

– Deliberação da Mesa nº 2.518, que institui a consulta pública eletrônica para subsidiar o procedimento licitatório e disciplina sua utilização, o que possibilitou que, já em 2011, fossem realizadas duas consultas para o aprimoramento de processos licitatórios;

– Deliberação da Mesa nº 2.519, que dispõe sobre os recursos de interação e participação virtual por meio do Portal Assembleia, para atender a demandas do projeto estratégico “Portal da Assembleia”;

– Ordem de Serviço nº 2, que estabelece procedimentos para a cessão de espaços da Assembleia Legislativa, resultante do projeto estratégico “Aprimoramento dos Eventos da Assembleia”;

– Ordem de Serviço nº 3, que dispõe sobre o processo administrativo de contratação direta por dispensa e inexigibilidade de licitação, para, entre outras finalidades, atender à necessidade de uniformização de procedimentos relativos às contratações e obter maior benefício para a administração pública, com base nos princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade;

– Ordem de Serviço nº 4, que dispõe sobre a realização de inventário patrimonial, com o propósito de assegurar maior controle do material permanente da Assembleia Legislativa e melhorar a fiscalização contábil e patrimonial;

– Ordem de Serviço nº 5, que estabelece procedimentos para a autuação de processos administrativos, para melhorar o trâmite dos atos processuais administrativos;

– Ordem de Serviço nº 6, que dispõe sobre o envio de dados e informações da Assembleia ao Tribunal de Contas por meio do Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestação de Contas – Sicop –, com o objetivo de atender ao disposto na Instrução Normativa do TCE-MG nº 2, de 12/5/2010.



No que diz respeito à sua competência regimental de definir limites e ordenar despesas, a Mesa observou rigorosamente a previsão e os limites orçamentários da Assembleia Legislativa para 2011, com a preocupação geral de otimizar os gastos e racionalizar os serviços e os procedimentos administrativos para fins de assegurar uma gestão eficiente e austera.

O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe sérias limitações aos administradores públicos, tem merecido uma atenção constante da Assembleia. Diante disso, a Casa tem conseguido manter os gastos com pessoal bem abaixo do fixado na lei em referência, que é de 2,2272% da receita corrente líquida do Estado, mesmo neste ano, em que foram empossados cerca de 90 servidores aprovados no concurso público a que se refere o Edital nº 1/2007. Conforme se pode verificar no Relatório de Gestão Fiscal sem Dedução de Inativos e Pensionistas, publicado no Diário do Legislativo e também na página da Assembleia na internet, no período de setembro de 2010 a agosto de 2011, a despesa com pessoal da Assembleia representou 1,4774% da receita corrente líquida do Estado.

Levando em conta a apresentação da Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal pela Ordem dos Advogados do Brasil contra o regimento interno da Assembleia de Goiás, que prevê o pagamento de reuniões extraordinárias aos Deputados daquele Estado, a Mesa determinou, em 26/4/2011, a suspensão do pagamento das reuniões extraordinárias na Assembleia de Minas até manifestação do Supremo. Cumpre lembrar que a decisão da Mesa representa um zelo, pautado pelo compromisso de atuar de forma ética, transparente e em sintonia com os interesses da sociedade, uma vez que o pagamento dessas reuniões no âmbito de Minas está expressamente previsto na Resolução nº 5.200, de 2001, e no Termo de Ajustamento de Condutas celebrado com o Ministério Público em 21/8/2001, e também que o Judiciário mineiro já se manifestou, em decisão transitada em julgado, pela legalidade do pagamento das reuniões extraordinárias no Legislativo mineiro.

Com relação a medidas para assegurar a melhora dos serviços administrativos e a redução de custos, além da manutenção de outras práticas já usuais na Assembleia, é exemplo a utilização prioritária da modalidade pregão, pela grande economia que essa modalidade representa para a administração pública. Em 2011, conforme apurado até o início do mês de novembro, a redução média, em termos percentuais, foi de 16,98% em relação ao valor inicialmente estimado pelos setores solicitantes. A contratação de serviços e a aquisição de bens, por meio da adesão a ata de registro de preços de outros órgãos da administração pública estadual e federal, seguindo regulamentação constante no Decreto nº 44.787, de 2008, e na Deliberação da Mesa nº 2.396, de 2007, são medidas que também geraram economia e agilizaram o atendimento a diversas demandas da Casa em 2011. Neste ano a Assembleia aderiu a onze atas.

Ainda na área de serviços, citem-se a substituição da iluminação das áreas de pé direito alto no andar térreo do Palácio da Inconfidência para lâmpadas tubulares a LED, que possuem durabilidade dez vezes superior às das lâmpadas fluorescentes convencionais e proporciona grande redução no consumo de energia, e a contratação de empresa para reciclagem de lâmpadas fluorescentes de acordo com a legislação ambiental vigente, possibilitando também o correto descarte. Com a manutenção dos veículos, a área responsável conseguiu uma redução de custos na ordem de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior, além de ter obtido a isenção do pagamento de pedágio nas rodovias estaduais para os veículos de representação de propriedade da Assembleia.

Uma medida importante viabilizada pela Mesa em 2011, em consonância com a diretriz central de que a Assembleia seja a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania, foi a redução da jornada dos adolescentes trabalhadores da Casa de oito para seis horas. Como esses jovens, que em geral moram em lugares mais afastados da região central da cidade, já gastam muito tempo no deslocamento para o trabalho, a jornada de oito horas comprometia ainda mais o seu rendimento escolar, pois não lhes sobrava tempo para os estudos e a realização de tarefas escolares. A redução da jornada, que atende à reivindicação feita pelos próprios adolescentes, possibilitará, portanto, que os adolescentes possam se dedicar mais aos estudos e, com isso, vislumbrarem um futuro melhor, para eles e suas famílias.

Também se coaduna com a meta constante da Assembleia de fortalecer a cidadania a atenção dispensada ao público infanto-juvenil mediante a realização do concurso de redação "Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas", em parceria com a Secretaria de Estado de Educação. O concurso aproveita a data histórica para, entre outros objetivos, estimular a reflexão e a expressão como elementos fundamentais da participação cidadã na esfera pública e no sistema político formal e promover a aproximação entre os jovens e as instituições públicas, de maneira qualificada, por meio da reflexão sobre as questões de interesse público e geral, revigorando, assim, o sentido da vida coletiva.

Outras realizações importantes direcionadas para os jovens com o apoio da Mesa são o Parlamento Jovem e o Expresso Cidadania.

O Parlamento Jovem de Minas é uma parceria entre Escola do Legislativo, PUC Minas e câmaras municipais. A edição deste ano teve como tema "Drogas: como prevenir?" e contou com a participação de estudantes de 57 escolas de 16 Municípios: Belo Horizonte, Capelinha, Carandaí, Caratinga, Carmo do Cajuru, Iturama, João Monlevade, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Serrana, Ouro Preto, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santos Dumont, Visconde do Rio Branco e Viçosa. Os estudantes chegaram à etapa final do projeto depois de uma série de eventos preparatórios no interior, onde foram coletadas 88 sugestões, que foram discutidas e aprimoradas até chegar ao documento final. Esse documento foi entregue à Comissão de Participação Popular, responsável pela análise das propostas, que podem se transformar em pedidos de providências às três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) ou em políticas públicas, a exemplo da inclusão da merenda escolar para estudantes do ensino médio noturno – uma proposta apresentada pelo Parlamento Jovem que se tornou emenda ao Orçamento do Estado e finalmente foi incorporada como uma ação de governo.

O Expresso Cidadania, por sua vez, tem por objetivo incentivar a participação política e o voto consciente dos jovens de 16 e 17 anos, faixa etária em que o voto é facultativo, por meio do cadastramento eleitoral. Realizado pela primeira vez em 2008, o projeto está em sua terceira edição, com ações para 2011 e 2012. Além do cadastramento eleitoral, o Expresso Cidadania promove diversas atividades e envolve os estudantes em discussões sobre temas de interesse geral. Nessa edição, assim como no Parlamento Jovem,



será priorizado o tema das drogas, que representa uma grande preocupação das áreas de saúde, das forças de segurança e de toda a sociedade.

Entre as principais ações da Assembleia Legislativa que se inserem no rol de compromissos e prioridades definidos pela Mesa para execução no bojo dos projetos do Direcionamento Estratégico, além das já citadas neste relatório, como a realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, destacam-se:

1 – o novo portal da Assembleia, lançado em outubro, agora com um leiaute mais moderno e nova arquitetura de informação, o que possibilitou a ampliação da interlocução do Poder Legislativo com a sociedade por meio da internet;

2 – a implantação da coleta seletiva de lixo e de medidas para a redução do consumo de papel, como a impressão em frente e verso de documentos e a reutilização de papéis para a produção de blocos de rascunho, e a distribuição de canecas para os servidores, como forma de diminuir o consumo de copos descartáveis;

3 – o início dos trabalhos de requalificação da Praça Carlos Chagas, com a realização de enquete com a população para colher sugestões e a elaboração do projeto arquitetônico;

4 – a reforma do Plenarinho I para facilitar o acesso de pessoas com deficiência aos trabalhos da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

5 – várias ações no âmbito do “Cidadania Ribeirinha”, que é um projeto que vai diretamente ao encontro da diretriz de enfrentamento das desigualdades, como a realização do diagnóstico dos problemas vividos pelos Municípios às margens do Rio São Francisco e as ações de captação de recursos e estabelecimento de parcerias para a viabilização do projeto;

6 – a modernização da TV Assembleia, mediante a aquisição de equipamentos digitais para melhorar a qualidade da imagem, e a conclusão do processo de concessão e outorga do canal aberto na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, três novas atrações estrearam na programação: “Minas é Muitas”, “Geração” e “TV Escola”;

7 – a elaboração do catálogo de bens tombados da Assembleia e a conclusão de pesquisa histórica e documental nos acervos da Casa, no âmbito do projeto para a preservação da memória do Legislativo mineiro;

8 – o desenvolvimento de nova versão do Sisap, sistema de informática utilizado pela área parlamentar, com o objetivo de aprimorar a gestão de informações;

9 – o início da reforma do Edifício Carlos Drummond de Andrade e do processo licitatório para a construção do novo anexo da Assembleia, no âmbito do projeto “Plano Diretor de Ocupação de Espaços”; e

10 – a produção de coletâneas da legislação estadual sobre saúde e educação, ação desenvolvida na esfera de competência do projeto “A lei a Serviço do Cidadão”.

5 – SECRETARIA

Secretaria-Geral da Mesa – SGM

Em 2011, a Secretaria-Geral da Mesa – SGM – desempenhou suas atividades rotineiras, de assessoria da Mesa, do Plenário e das comissões quanto ao processo legislativo e às atividades político-parlamentares. A SGM também foi responsável pela assessoria das Lideranças do Governo, da Maioria e da Minoria, pela interlocução com Poderes e órgãos públicos e com entidades da sociedade civil organizada e pelo recebimento de mensagens e correspondências oficiais.

Também são atividades rotineiras da SGM a orientação técnica do trabalho da Diretoria Legislativa, o fornecimento de certidões e declarações relativas ao processo legislativo e de orientações sobre o Regimento Interno. Em 2011, o setor elaborou 115 discursos proferidos por Deputados e sete textos para divulgação interna, publicação na imprensa e apresentação de livros e projetos. A SGM também é responsável pelo recebimento, controle e distribuição de mensagens do Governador e ofícios encaminhando projetos de lei de iniciativa privativa do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

O controle de prazos constitucionais para sanção de proposições e promulgação de emendas à Constituição e resoluções é outra atribuição da SGM. O setor também faz o controle da representação da Assembleia em conselhos, comitês, grupos de trabalho e outros órgãos vinculados ao Poder Executivo. No que diz respeito à correspondência oficial de competência do Presidente e do 1o-Secretário, foram elaborados 3.662 ofícios ao longo de 2011. A SGM ainda faz a triagem da correspondência oficial recebida pelo Presidente e pelo 1o-Secretário e seu devido encaminhamento.

A SGM também é responsável pela preparação de proposições de lei e seu encaminhamento à sanção; de resoluções e seu encaminhamento à promulgação e publicação; da promulgação de leis e dispositivos decorrentes de sanção tácita ou de veto rejeitado; de matérias do processo legislativo a serem apreciadas nas reuniões da Mesa e seu posterior encaminhamento aos setores envolvidos; de PECs e seu encaminhamento à promulgação e publicação; de vetos rejeitados e seu encaminhamento à promulgação.

Diretoria de Processo Legislativo – DPL

Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT

Compete à Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT –, entre outras atribuições, prestar consultoria e assessoria jurídicas às comissões e proceder a estudos técnicos para subsidiar o processo legislativo. Até meados de outubro de 2011, foram produzidos pela GCT 4.433 trabalhos escritos. A maioria refere-se à elaboração de minutas de pareceres sobre matérias em tramitação e a instrumentos de assessoramento técnico solicitados pelos gabinetes parlamentares. No total, foram elaboradas 3.107 minutas de parecer sobre proposições.

O trabalho de acompanhamento prestado pelos consultores em todas as reuniões e de esclarecimento e assessoramento técnico e jurídico aos Deputados e aos gabinetes tem mobilizado cada vez mais esforços do quadro de servidores da GCT, dada a crescente demanda, tanto por parte dos Deputados quanto da sociedade organizada, de transparência e esclarecimento a respeito de projetos em tramitação e de participação em eventos políticos relevantes.

A participação da GCT na interiorização das atividades da Assembleia também tem sido intensa. O setor tem realizado um trabalho voltado para o fortalecimento do diálogo com a sociedade, seguindo as diretrizes implantadas pela nova Mesa, que elegeram o “slogan” “Poder e Voz do Cidadão” como lema da atuação da Casa na 17ª Legislatura.

Assim, em 2011 a participação dos servidores da GCT em audiências públicas, tanto na Capital quanto no interior, foi a maior se comparada com os anos anteriores. No âmbito das comissões permanentes, especiais, extraordinárias e Cipes, foram realizadas 247 audiências públicas (85 no interior do Estado) e 66 visitas (18 no interior) que contaram com o assessoramento da GCT.

Com o objetivo de prestar consultoria e assessoria técnica aos parlamentares, às comissões e aos órgãos de direção superior da Casa, a GCT produziu em 2011 uma série de informações escritas, entre notas técnicas, informações, consultas e outros documentos escritos. Esses trabalhos são normalmente elaborados em resposta a uma consulta formulada por Deputado acerca de questão técnica relacionada com a atividade parlamentar, como dúvida sobre questão de constitucionalidade, pedido de esclarecimento ou análise sobre matéria de interesse legislativo.

Servidores da GCT também acompanharam os principais eventos institucionais realizados em 2011. No caso do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, foram produzidos dez cadernos temáticos para subsidiar as discussões do evento. A GCT também foi responsável pela consolidação dos relatórios de propostas para a agenda da Assembleia, que depois foram levados aos Presidentes das comissões.

Para o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade”, foram produzidos 21 textos temáticos para subsidiar os trabalhos das Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs. Esses textos apresentaram uma análise das políticas públicas e um diagnóstico da situação e da potencialidade da promoção de investimentos públicos para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades no Estado. Também foi produzido um texto-base com os conceitos, as formas de mensuração e a situação da pobreza no Estado.

A Consultoria acompanhou os debates das seis CTIs, trabalhou na produção de propostas e acompanhou os 12 encontros regionais do Seminário. Os consultores também foram responsáveis pela consolidação das propostas das CTIs, dos encontros regionais e da consulta pública do evento. Esse documento consolidado serviu de base para as discussões da etapa final do Seminário. Todas as 84 propostas aprovadas na plenária final bem como as 85 propostas de cunho regional aprovadas nos encontros regionais foram cadastradas para ser analisadas posteriormente e podem compor propostas de ação legislativa.

Durante as audiências de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, a GCT atuou no processo de organização do material de apoio às comissões e orientou a formatação de propostas pelo público participante do evento. Após as audiências, as propostas foram cadastradas e analisadas pela equipe de consultores. A última etapa desse processo foi a negociação com os gestores da Secretaria de Planejamento e Gestão sobre a forma de incidência das propostas no planejamento orçamentário do Estado. Esse processo orientou a elaboração dos pareceres sobre as propostas de ação legislativa submetidas à Comissão de Participação Popular.

No Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: por uma cultura de paz”, a GCT colaborou na formatação da programação do evento, na assessoria de conteúdo nos grupos de trabalho e na sistematização do documento final, no qual constaram 30 propostas priorizadas pelos participantes. Os consultores também auxiliaram os membros da Comissão de Representação do Fórum Técnico a elaborar sugestões a serem analisadas pela Comissão de Participação Popular no processo de discussão do PPAG.

Servidores da GCT também tiveram participação importante nos projetos do Direcionamento Estratégico: “A Lei a Serviço do Cidadão II”, “Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”, “Cidadania Ribeirinha”, “Assembleia Propulsora do Desenvolvimento do Estado”, “Informação de Contexto para o Parlamentar”, “Assembleia Sustentável” e “Monitoramento de Requerimentos”. Eles também atuaram como docentes em cursos e palestras oferecidos pela Escola do Legislativo.

Gerência-Geral de Documentação e Informação – GDI

O trabalho da Gerência-Geral de Documentação e Informação – GDI – procurou contribuir para o cumprimento das metas da Assembleia Legislativa em 2011. Por meio da divulgação, no portal da internet, dos bancos de dados sobre as atividades legislativas, a GDI estimulou o exercício da cidadania e o fortalecimento dos mecanismos de participação da sociedade civil nas atividades do Poder Legislativo.

Além de apoiar o desenvolvimento dos trabalhos internos, esses bancos de dados permitem a qualquer cidadão consultar, de forma prática e rápida, informações atualizadas sobre os projetos em tramitação (Mate), a legislação mineira (NJMG), os pronunciamentos feitos em Plenário por parlamentares e outras autoridades (Pronunciamentos).

O “Fale com a Assembleia”, serviço disponível no portal da internet, recebe um grande volume de mensagens encaminhadas à Casa por cidadãos e outras instituições. Por fornecer orientações aos cidadãos, esclarecendo suas dúvidas e contribuindo para o fortalecimento da noção de cidadania, o serviço consolida-se como um importante instrumento para o processo de interlocução com a sociedade.

A GDI também contribuiu para o fortalecimento do trabalho das comissões, com o fornecimento do suporte informacional necessário ao desempenho das suas atividades. A Gerência ainda é responsável pela atualização do texto original das normas jurídicas, mediante a incorporação de alterações determinadas por lei nova ou em razão de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, relativa a ação direta de inconstitucionalidade.

Servidores da GDI vêm participando ativamente do Direcionamento Estratégico, por meio da gestão de projetos como “Memória do Legislativo Mineiro”, “Informação de Contexto para o Parlamentar” e “Gestão e Governança em Processos”. Eles também colaboram com outros projetos, como “A Lei a Serviço do Cidadão”, “Avaliação de Desempenho Institucional”, “Fale com a Assembleia”, “Minas nos Gabinetes Parlamentares” e “Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”.

De janeiro a outubro de 2011, foram realizados 4.369 atendimentos, a maioria relativa ao fornecimento de informações sobre projetos em tramitação, sobre o processo legislativo e sobre a legislação estadual. Uma parcela considerável dos atendimentos (2.409) envolveu a pesquisa de informações para subsidiar a atuação parlamentar e a realização das atividades da Casa. Pouco menos da metade do total de atendimentos realizados pela Gerência de Atendimento ao Usuário (1.960) corresponde a solicitações de cidadãos e instituições externas. Dessas demandas externas, mais de 750 foram enviadas pela internet, por meio do serviço “Fale com a Assembleia”.

Até o final de outubro, foram elaboradas pesquisas prévias de 1.008 novas proposições publicadas no Diário do Legislativo. Essa atividade atende a uma demanda da Gerência-Geral de Consultoria Temática e abrange, para cada novo projeto publicado, a pesquisa



pela legislação citada e relacionada ao assunto nos âmbitos federal e estadual e o levantamento de eventuais proposições em tramitação na Assembleia sobre temas semelhantes.

A GDI também é responsável pela manutenção dos bancos de dados institucionais. Em 2011, foram adotadas medidas para aprimorar as informações constantes nas bases de dados de tramitação de matérias (Mate). Em parceria com o Núcleo Web da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, foi criado um gráfico de acompanhamento das fases de tramitação dos projetos, disponível no portal da internet, com possibilidade de informação e esclarecimentos dos próximos passos na tramitação das diversas proposições legislativas.

O trabalho de atualização do banco de dados envolveu a identificação, indexação e inclusão de 3.759 novas proposições; a indexação e inclusão de 1.014 emendas a proposições; a inclusão de 6.943 textos de proposições, emendas, subemendas e substitutivos; o lançamento de 72.158 ações legislativas; e a conferência de cerca de 12 mil relatórios, para a correção de eventuais erros. Também foram implantadas 3.759 informações diversas publicadas no Diário do Legislativo, como decisões, pareceres, erratas e requerimentos sem número referentes às proposições em tramitação.

O banco de dados de legislação mineira, o NJMG, conta com quase 100 mil normas, sendo 2.639 revogadas. Os registros anteriores a 1947 somam 20.361, dos quais 605 já tiveram seu texto implantado. Em 2011 foram implantadas cerca de 1.200 novas normas. Já o banco de dados "Pronunciamentos", mantido em parceria com a Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação, conta com mais de 35 mil documentos de discursos proferidos em Plenário.

Em 2011, foram incorporados ao acervo da Biblioteca Deputado Camilo Prates 925 itens, sendo 505 títulos de livros por meio de compra. A Coleção Memória, por sua vez, foi ampliada com 128 novos títulos. Em junho foi implantado o Thesaurus da Assembleia Legislativa na base de dados da Biblioteca na internet. O acionamento do recurso auxilia o usuário a recuperar documentos em pesquisa com termos autorizados ou não, tendo em vista o controle de sinônimos estabelecido no Thesaurus.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação – GTP

Cumprindo sua atribuição de implementar as ações de registro e divulgação oficial dos trabalhos legislativos, a Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação – GTP – promoveu o registro taquigráfico de reuniões plenárias, de comissões e de eventos institucionais e sua digitação, revisão, conferência e publicação no Diário do Legislativo e de documentos relativos às atividades da Assembleia.

Foi dada sequência à elaboração dos Anais da Assembleia e à alimentação do Banco de Pronunciamentos, a fim de possibilitar a pronta recuperação dos discursos proferidos por Deputados, autoridades e convidados, facilitando sua disponibilização à sociedade, ampliando as possibilidades de pesquisa e garantindo a preservação da memória dos trabalhos legislativos.

Para dar maior ênfase à interação entre o Poder Legislativo e a sociedade, procedeu-se ao registro, à revisão gramatical e de técnica legislativa e à publicação no órgão oficial dos Poderes do Estado de matérias pertinentes a ciclos de debates, conferências, debates públicos, fóruns técnicos, homenagens e reuniões especiais.

Entre as inovações da rotina de trabalho introduzidas em 2011, destacam-se a disponibilização do Diário do Legislativo eletrônico no Portal Assembleia; a preparação informatizada de quadros e tabelas para publicação e remessa "on-line" à Imprensa Oficial; a designação de servidores para a elaboração do novo Manual de Redação Parlamentar; e a ampliação da equipe de roteiristas, para promover melhor atendimento à crescente demanda de apanhamentos taquigráficos de reuniões de comissões.

A GTP foi responsável pela preparação técnica dos exemplares dos Anais da Assembleia referentes aos meses de janeiro a agosto de 2011, que serão disponibilizados no portal da internet. O setor também atendeu a 858 solicitações de notas taquigráficas, por meio da intranet e do correio eletrônico, e forneceu cópias a órgãos da Casa por meio do Sistema de Circulação de Textos e do correio eletrônico, o que reduziu o volume de impressão de matérias. Foram transcritas 334 horas de reuniões de Plenário e outras 1.003 horas de reuniões de comissões até o dia 14 de dezembro.

Diretoria de Rádio e Televisão – DTV

No Direcionamento Estratégico, o projeto gerido pela Diretoria de Rádio e Televisão – DTV – leva o nome "Modernização da TV Assembleia". E modernização é a palavra mais apropriada para o que ocorreu com o setor em 2011.

A programação da TV ganhou três novas atrações e os programas já existentes ganharam dinamismo com incremento de conteúdo. A compra de equipamentos mais modernos melhorou a qualidade da imagem nas transmissões e deu mais agilidade à cobertura. O lançamento da nova página da TV no portal da Assembleia resultou na disponibilização permanente de conteúdo na internet.

Todas essas transformações ocorreram durante o ano de maior volume de trabalho da Assembleia, que impactou diretamente as atividades da Diretoria. Foram mais de 1.540 horas de produção inédita na TV, sendo 1.028 horas ao vivo, referentes à transmissão de reuniões de Plenário, comissões, eventos institucionais e programas. As notícias sobre a Assembleia também ocuparam cerca de 188 horas por mês na grade de programação das rádios em Minas Gerais, em mais de 45 mil entradas ao vivo. Todo o trabalho foi realizado em sintonia com as prioridades da Mesa para o biênio 2011/2012 e alinhado com os objetivos institucionais do Poder Legislativo.

A Gerência de Reportagem conduziu a realização de 1.307 reportagens sobre processo legislativo e eventos institucionais, além de 260 matérias especiais que enriqueceram o conteúdo dos programas e do telejornal da emissora. As dificuldades de transporte em função do grande número de eventos e viagens realizados em 2011 foram contornadas com a utilização de "vouchers" de táxi, a otimização das gravações externas e o aproveitamento do material produzido pelas equipes em mais de um programa.

A instalação de câmeras de operação remota no Plenário melhorou a qualidade das imagens transmitidas e aumentou a capacidade de gravação e transmissão ao vivo da TV Assembleia. No total, 91% das reuniões com convidados foram gravadas na íntegra ou transmitidas ao vivo.

A tradução em Língua Brasileira de Sinais – Libras – foi incorporada à transmissão ao vivo dos eventos institucionais. O mesmo ocorreu com as reuniões da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que também passaram a contar com a tradução na versão gravada. Essa novidade foi possível graças ao esforço do setor para contribuir para o projeto estratégico "Assembleia de Todos", já que a emissora ainda não conta com equipamentos adequados para a tradução.

Na Gerência de Edição, o apoio na divulgação de eventos institucionais foi intensificado. Para cada atividade, um conjunto de ações foi definido e executado. Uma novidade foi a produção de conteúdo específico para exibição durante alguns eventos institucionais, contribuindo para a adoção de um formato que estimula a participação presencial e virtual dos cidadãos. Séries de reportagens e edições especiais dos programas da TV também repercutiram os assuntos em debate.

A programação ganhou mais variedade com a estreia dos programas “Minas é Muitas”, “Geração” e “TV Escola”. As três atrações introduziram formatos inéditos na grade e atraem públicos diferenciados para a emissora. Os programas já existentes também foram aperfeiçoados. O “Sala de Imprensa” e o “Assembleia Debate” ganharam novos cenários. O estúdio recebeu novos equipamentos e um profissional de iluminação foi contratado.

Houve uma preocupação em ampliar a divulgação dos produtos da emissora, e a internet foi a ferramenta escolhida. A publicação de “releases” na página da Assembleia na internet foi sistematizada e, com o lançamento do novo portal, os arquivos de vídeo dos programas passaram a ser disponibilizados para o público. O uso do Twitter também foi intensificado nas transmissões ao vivo e na divulgação dos destaques da programação do final de semana. A atualização do arquivo de imagens do Centro de Documentação da TV Assembleia também foi modernizada, com a aquisição de unidades de armazenamento digitais.

No ano em que a Rádio Assembleia completou 11 anos, a Gerência de Rádio criou novos produtos para os públicos interno e externo. O programa “Você Pergunta, a Assembleia Responde” promove a interação entre os membros da Mesa e os cidadãos. O programa “Essa Música tem História” contextualiza os momentos históricos em que canções nacionais e internacionais foram produzidas. Para a divulgação das atividades legislativas, foi criado um boletim diário com duas edições. Também foram enviadas notícias para as Rádios Câmara e Senado e para emissoras de outros Estados.

A Gerência de Manutenção de Rádio e TV acompanhou a instalação dos equipamentos que vão possibilitar a transmissão em sinal aberto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que vai ampliar o alcance da emissora para 10 milhões de habitantes. Com a infraestrutura concluída, falta apenas a aprovação do Ministério das Comunicações. A montagem do sistema de transmissão analógica foi concluída e está pronta para iniciar a transmissão em sinal aberto até o final do mês de dezembro.

Diretoria de Comunicação Institucional – DCI

Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID

Além de desempenhar suas tarefas rotineiras, como cobertura e divulgação das atividades do Poder Legislativo, assessoria de imprensa e produção de peças gráficas, a Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID – trabalhou em 2011 na reformulação do Portal Assembleia. Projeto considerado prioritário, o novo portal da internet foi o primeiro projeto do Direcionamento Estratégico a ser implementado. O lançamento foi realizado no dia 3 de outubro.

O Portal Assembleia foi feito em parceria com a Gerência-Geral de Tecnologia da Informação. Com um visual moderno, o portal apresenta os conteúdos de maneira mais compreensível e fácil de navegar, tornando a informação mais acessível. Com isso, as pessoas poderão acompanhar melhor os trabalhos da Assembleia e dos Deputados. O portal continua sendo o ponto de convergência de todas as atividades institucionais do Legislativo mineiro.

Construído ao longo de dois anos e meio, o portal apresenta inovações que foram baseadas em pesquisa “on-line”, entrevistas com usuários, servidores e Deputados. Uma das principais novidades é a convergência de mídias, que permite ao cidadão acessar o conteúdo das notícias por texto, vídeo, fotos ou áudio. O novo portal também utiliza uma linguagem mais didática, visando facilitar a compreensão sobre o trabalho da Assembleia. O acompanhamento da tramitação dos projetos ficou mais fácil, pois o cidadão pode compreender todo o processo legislativo.

Ainda na área da internet, a GID é responsável pela gestão do canal da Assembleia no YouTube e dos perfis institucionais nas redes sociais (Twitter e Facebook). Também foram criados “hotsites” para os principais eventos institucionais realizados em 2011. No caso do Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade”, do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais e da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política, os “hotsites” também abrigaram consultas públicas para o recebimento de sugestões dos cidadãos pela internet.

Na área de publicações, a GID foi responsável pela edição dos Volumes 3 e 4 da Coleção Temática da Legislação Mineira, com os temas Educação e Saúde Pública, que reúnem toda a produção legislativa de dezembro de 1947 a janeiro de 2011 e integram o projeto estratégico “A Lei a Serviço do Cidadão”. Outras publicações editadas em 2011 foram o “Perfil dos Deputados da 17ª Legislatura”, o número 20 dos “Cadernos da Escola do Legislativo”, a “Revista do Legislativo nº 43” (com os temas Eleições 2010 e Direcionamento Estratégico) e a “Lista Telefônica da Assembleia”.

Entre as atividades rotineiras do setor, destacam-se a elaboração e a publicação, no Portal Assembleia, de 2.948 notícias e de 18.879 fotos (até 13 de dezembro), resultantes da cobertura diária das atividades do Poder Legislativo. A GID também faz a gestão do serviço “Receba Notícias”, boletim eletrônico que conta com 12.418 assinantes (até 31 de outubro). Até 25 de novembro, foram feitos 2.992 atendimentos em resposta a demandas de jornalistas da Capital e do interior.

A GID também desenvolveu várias campanhas de comunicação interna, incluindo todas as atividades dos projetos “Proa”, “Vida”, “Assembleia Sustentável” e “Cidadania Ribeirinha”. Foram feitas 209 edições do jornal diário “Assembleia Informa” e 50 edições do jornal semanal “Boletim da Secretaria” em 2011. O setor ainda foi responsável pela elaboração de cerca de 1.200 peças gráficas e pela edição da exposição de fotos da 16ª Legislatura, que reuniu 148 imagens das atividades da Assembleia no período de 2007 a 2010.

Os veículos de comunicação recebem diariamente material produzido pela Gerência de Jornalismo com a agenda e os destaques do dia, matérias com a cobertura das reuniões de Plenário, das comissões e dos eventos institucionais, fotos e “releases”. O resultado desse trabalho se reflete na cobertura da Assembleia pela imprensa de Belo Horizonte, onde as atividades do Poder Legislativo e dos Deputados recebem espaço significativo e com enfoque positivo.

Entre janeiro e outubro, a cobertura da Assembleia gerou 3.053 matérias de rádio, num total de 157 horas e 10 minutos de noticiário. De janeiro a junho, esse noticiário foi positivo em 84% das matérias veiculadas. Nos meses de julho a setembro, esse percentual foi de 85% e, em outubro, subiu para 87%. Na televisão, a Assembleia foi abordada em 1.790 notícias, num total de 82

horas e 23 minutos de noticiário. Entre janeiro e junho, 77% das notícias veiculadas nas emissoras de TV da Capital tiveram uma abordagem positiva da Assembleia. Entre julho e setembro, esse percentual foi de 73% e, em outubro, de 84%.

No caso dos jornais impressos, as matérias publicadas sobre a Assembleia totalizaram 345.427cm² entre janeiro e outubro. A cobertura das atividades do Poder Legislativo, da Escola do Legislativo e do Teatro da Assembleia somou 204.376 cm², o que equivale a 377,8 páginas da revista “Veja” ou 126 páginas de jornal formato “standard” (por exemplo, “Estado de Minas”). Por sua vez, a cobertura das atividades dos Deputados somou 141.051cm². Do total de espaço ocupado pelas matérias veiculadas sobre a Assembleia, 81% continha uma abordagem considerada favorável ou muito favorável entre janeiro e setembro. Em outubro, esse percentual foi de 92%.

Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC

A Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC – tem como funções básicas o planejamento estratégico de comunicação voltado para o cumprimento da missão institucional do Poder Legislativo; a gestão dos relacionamentos institucionais, buscando o estabelecimento de laços de confiança e relações duradouras; e o fortalecimento e monitoramento da imagem institucional. O número de eventos da Assembleia que envolveram servidores da GRPC saltou de 79 em 2010 para 150 em 2011.

A GRPC participa diretamente de quatro projetos do Direcionamento Estratégico. Para o projeto “A Lei a Serviço do Cidadão”, foi feito um diagnóstico com especialistas internos para identificar os critérios de avaliação qualitativa, os pontos fortes e fracos e os impactos da produção legislativa. O “Aprimoramento dos Eventos Institucionais” foi reformulado e passou a se debruçar sobre investigações relativas aos modelos de participação adotados pela Assembleia em seus eventos. No âmbito do “Assembleia Sustentável”, foram desenvolvidas ferramentas de comunicação que deram suporte à implantação da coleta seletiva e às ações de consumo consciente. Para o projeto “Assembleia de Todos”, foi realizada pesquisa com o público frequentador da Praça Carlos Chagas e posterior análise e tratamento dos dados levantados. A GRPC também elaborou pesquisas e diagnósticos para os projetos estratégicos “Informação de Contexto para o Parlamentar” e “Avaliação de Desempenho Institucional”.

A equipe do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema foi responsável por eventos como a Cantata de Natal, a exposição anual “Dia do Artesão”, os projetos “Zás” e “Segunda Musical”, além de exposições na Galeria de Arte. O setor também é responsável pela administração do Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, onde são realizados “shows” e manifestações populares.

A Gerência de Cerimonial, por sua vez, participou ativamente de diversos eventos internos, prestando assessoria à Mesa em reuniões especiais e colaborando na organização das solenidades de posse do Governador e dos Deputados e também da entrega da Medalha do Mérito Legislativo. O Cerimonial também assessorou parlamentares em eventos externos e nas solenidades das Medalhas da Inconfidência, Juscelino Kubitschek, Santos Dumont e Teófilo Otoni. O setor ainda é responsável pela elaboração de “briefings” com informações sobre a participação do Presidente da Assembleia em eventos e pela gestão do Espaço Parlamentar na Cidade Administrativa, inaugurado em outubro.

Responsável pela gestão de processos e demandas de publicidade, a Gerência de Publicidade inovou em 2011 no aprimoramento dos processos de criação e produção de peças publicitárias. O setor propôs conceitos, posicionamentos e formatos de comunicação para eventos como a posse da 17ª Legislatura, o concurso de redação “Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas”, os lançamentos da nova logomarca e do novo portal da Assembleia, o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade”, os projetos “Assembleia Solidária” e “Assembleia Sustentável”, a Semana do Servidor e o Expresso Cidadania.

A Gerência de Relações Institucionais é responsável pelo projeto “Fale com a Assembleia”, que integra a carteira do Direcionamento Estratégico de 2010. As demandas das diversas áreas que integram o sistema somaram 15.030 até o dia 31 de outubro, e 97,52% dessas solicitações foram atendidas dentro do prazo. O Centro de Apoio às Câmaras – Ceac –, também sob a responsabilidade da Gerência, atendeu a 484 solicitações entre janeiro e outubro, um aumento de 35% em relação ao mesmo período de 2010. O Boletim do Ceac chegou a 4.708 assinantes de 847 Municípios.

Por fim, a Gerência de Relações Públicas esteve envolvida diretamente na organização de eventos e projetos institucionais importantes, como a posse do Governador, a posse dos Deputados, a Central de Recepção da 17ª Legislatura, o Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, o Fórum Técnico “Segurança nas Escolas: por uma cultura de paz”, o Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade”, as audiências públicas do PPAG, o Expresso Cidadania e o concurso de redação “Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas”.

Diretoria de Finanças e Informática – DFI

Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade – GFC

A Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade – GFC – participa das atividades ligadas à meta de melhorar a qualidade dos gastos da Assembleia, com a adoção de sistemas de gestão estratégica e de controle interno de gastos. Atenta à diretriz de redução de custos e de otimização dos gastos, em 2011 a GFC deu continuidade ao rigoroso controle de uso dos ramais telefônicos e à racionalização do processo de impressão de documentos.

A edição da Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011, possibilitou o aperfeiçoamento dos procedimentos de celebração e gestão de contratos, mediante a otimização dos fluxos dos processos de pagamento e da minimização dos riscos de responsabilização subsidiária nos contratos de cessão de mão de obra.

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 131, de 2009, a GFC disponibiliza diariamente no portal da internet informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da Assembleia, providência essencial para o aperfeiçoamento do controle social do Poder Legislativo.

Com o objetivo de possibilitar transparência na gestão administrativa, são mensalmente publicados relatórios de execução orçamentária e demonstrativo de despesas com custeio da atividade parlamentar. Com periodicidade trimestral, é publicado o demonstrativo das despesas com pessoal. A GFC elabora também, com periodicidade quadrimestral, o Relatório de Gestão Fiscal, igualmente disponibilizado na internet.

Mesmo sem proceder à dedução das despesas com inativos e pensionistas, as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa estão dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Segundo o demonstrativo publicado em 29 de setembro de 2011, a despesa com pessoal da Assembleia representou 1,4774% da receita corrente líquida do Estado, abaixo dos limites prudencial (2,1158%) e legal (2,2272%) da LRF.

Gerência-Geral de Tecnologia da Informação – GTI

O trabalho da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação – GTI – em 2011 foi pautado pelas metas e prioridades estabelecidas pelo Direcionamento Estratégico. Entre as ações desenvolvidas para ampliar a participação da sociedade nas atividades do Poder Legislativo está a aplicação de consultas públicas pela internet, utilizadas no Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, no Seminário Legislativo “Pobreza e Desigualdade” e pela Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política.

Entre as ações voltadas para a divulgação das atividades do Poder Legislativo está a implantação do novo portal na internet, em parceria com a Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação. Para o funcionamento do portal, foi desenvolvido um novo sistema para cadastro e indexação de todo o conteúdo multimídia apresentado na internet, como fotos, vídeos e áudios. Também foram implementados sistemas para publicação no portal de comentários sobre legislação, dentro do projeto estratégico “A Lei a Serviço do Cidadão”.

Outras importantes iniciativas desenvolvidas em 2011 foram a implantação do Diário do Legislativo eletrônico, com validade jurídica conferida por meio de certificação digital; a criação de um novo sistema de Eventos e Autoridades, implantando o conceito de cadastro único de cidadãos e instituições para dar suporte aos eventos institucionais; e o desenvolvimento de novo sistema para assinatura digital e publicação de correspondências oficiais em meio eletrônico.

Para maior racionalização dos procedimentos administrativos da Assembleia, a GTI instalou “softwares” livres nos setores de processo legislativo, o que proporcionou significativa economia no licenciamento de programas e avanço na padronização das ferramentas de trabalho na Casa. Também destacam-se a substituição de 350 computadores obsoletos, a implantação de rede de dados sem fio nas dependências da Assembleia e a remodelagem do Sisap, sistema de banco de dados dos gabinetes parlamentares, para melhor gestão das demandas apresentadas aos Deputados por suas bases políticas.

Diretoria de Infraestrutura – DIF

Gerência-Geral de Administração de Patrimônio – GMP

Em 2011, a Gerência-Geral de Administração de Patrimônio – GMP – priorizou a aquisição de bens e serviços por meio de pregão eletrônico, o que proporcionou uma redução média de 16,98% nos preços pagos. Além disso, essa modalidade propicia mais transparência e interatividade entre a Assembleia e as empresas participantes dos pregões. Essa ferramenta também é utilizada como auxiliar para a realização de pregões presenciais e para a emissão de relatórios de controle gerencial.

As demais modalidades de licitação, como o convite, a tomada de preços, a concorrência e o leilão, continuaram a ser utilizadas nas situações em que o pregão não pôde ser aplicado. Do total de 108 processos licitatórios realizados até novembro de 2011, 99 foram na modalidade de pregão eletrônico. Foram feitos ainda quatro leilões, quatro convites e um pregão presencial.

A GMP desenvolveu em 2011 uma nova experiência de aquisição de produtos e contratação de serviços: a consulta pública, realizada antes da abertura dos processos licitatórios. Por meio desse procedimento, é possível ouvir sugestões, questionamentos e dúvidas dos grupos interessados em participar das concorrências. As duas consultas feitas tiveram o objetivo de subsidiar a contratação de consultorias para a elaboração do projeto arquitetônico do anexo do Palácio da Inconfidência e para a implantação do modelo de gestão por competências de gerentes e servidores da Assembleia.

Também foram feitas contratações de serviços e aquisições de bens por meio da adesão a atas de registro de preços de outros órgãos da administração pública estadual e federal. Esse procedimento agilizou o atendimento a diversas demandas da Casa, pois permitiu à Assembleia utilizar-se de licitações já concluídas por outros órgãos e entidades, desde que efetuadas pelo sistema de registro de preços. Por meio desse sistema, a Assembleia aderiu a 11 atas em 2011.

O trabalho de melhoria do controle patrimonial iniciado em 2010 teve continuidade, buscando-se atingir melhores níveis de eficiência. Entre as principais medidas tomadas, destaca-se a reorganização do espaço físico da GMP, para melhorar o fluxo e o armazenamento de materiais. Também foi realizado um amplo e minucioso inventário de todos os bens permanentes da Casa, incluindo os gabinetes parlamentares e os setores administrativos. Foram efetivadas a identificação e a separação de mais de 4.500 bens inservíveis, que foram doados para diversas instituições públicas ou filantrópicas.

No âmbito do projeto estratégico “Assembleia Sustentável”, foram distribuídas canecas térmicas para os servidores, o que possibilitou a redução do consumo de copos descartáveis. A gestão das impressões realizadas nos gabinetes parlamentares foi terceirizada. Com isso, a Assembleia passou a pagar pelas cópias efetivamente tiradas, o que possibilitou maior controle das impressões e da distribuição de papel A4. Essa medida resultou na diminuição das quebras de estoque e na utilização mais consciente do papel.

Gerência-Geral de Suporte Logístico – GSL

Em 2011, a Gerência-Geral de Suporte Logístico – GSL – atuou na consolidação das metas estabelecidas pela Mesa da Assembleia. A GSL teve papel fundamental especialmente em três projetos da atual carteira do Direcionamento Estratégico: “Plano Diretor de Ocupação de Espaços”, “Assembleia de Todos” e “Memória do Legislativo”.

O “Plano Diretor de Ocupação de Espaços”, cujo objetivo é promover a ampliação e a utilização racional dos espaços físicos da Assembleia, teve a participação da GSL na elaboração da sua proposta. A implementação do projeto teve início com estudos técnicos para a contratação de projeto arquitetônico para a construção de edificação na Rua Araguari, 1.515. Além disso, foram realizadas análises técnicas no Edifício Tiradentes visando à sua ocupação futura de forma racionalizada. Também foi iniciada a reforma do Edifício Carlos Drummond de Andrade, com o objetivo de dotá-lo de toda a infraestrutura necessária à sua ocupação.



Já dentro do projeto “Assembleia de Todos”, a requalificação da Praça Carlos Chagas teve a participação da GSL subsidiando os contatos com a Prefeitura de Belo Horizonte, especialmente com os setores envolvidos com as ações de revitalização e na execução do projeto básico com a empresa contratada para o trabalho. A acessibilidade das pessoas com deficiência é uma das preocupações na revitalização da praça.

No projeto “Memória do Legislativo”, a principal ação realizada pela GSL foi a contratação de estudo prévio para a transposição dos painéis “Do descobrimento do Brasil ao Ciclo do Café”, de autoria da pintora Yara Tupinambá, do 2º andar do Palácio da Inconfidência para a Galeria de Arte. Esse estudo visa ao mapeamento dos painéis, com um diagnóstico de seu estado geral e das ações necessárias para sua realocação. Ele também inclui as diretrizes de restauração da obra, que é tombada pelo Município de Belo Horizonte.

Em 2011 a GSL realizou exaustivo trabalho no planejamento de suas ações, para identificar suas necessidades e as demandas de infraestrutura levantadas no planejamento setorial pelos diretores e gerentes-gerais. Após a análise de cada necessidade, a GSL elaborou o planejamento de execução de suas ações, detalhando todas as fases necessárias à sua consecução e permitindo ao setor saber o quê, quando e de que maneira deve ser executado, de forma a conciliar interesses e prever situações futuras de forma flexível.

Diretoria de Recursos Humanos – DRH

Gerência-Geral de Gestão de Recursos Humanos – GRH

A Gerência-Geral de Gestão de Recursos Humanos – GRH – esteve envolvida ao longo de 2011 em todas as atividades relacionadas com o concurso público de 2008, o mais complexo já realizado pela Casa. Foram feitas nove nomeações de servidores, que tomaram posse coletiva em várias solenidades ao longo do ano. Ao todo, 88 novos servidores efetivos passaram a integrar o corpo técnico da Casa. A GRH acompanhou também o estágio probatório de todos os 346 servidores nomeados desde 2009.

A GRH também participou da organização do Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembleia Legislativa – Cfal –, juntamente com a Escola do Legislativo. Em 2011 foram iniciadas três turmas do Cfal. A equipe da GRH elaborou ainda, em conjunto com a Escola do Legislativo, nova metodologia para a docência da disciplina Estrutura e Funcionamento da Assembleia. No novo formato, a disciplina passa a ser semipresencial, com parte das atividades oferecidas por meio da plataforma Moodle. Essa metodologia contribuiu para reduzir o envolvimento direto dos diversos gerentes da Casa para apresentação das áreas e facilitou o acesso às informações para os servidores novatos.

A GRH também prestou suporte à Gerência-Geral de Administração de Pessoal nos procedimentos de distribuição dos estagiários na área administrativa. No ano de 2011, prosseguiu o esforço para adequação do sistema de estágio da Assembleia às modificações introduzidas pela Lei Federal nº 11.788, de 2008, que alterou significativamente os procedimentos e requisitos para a contratação de estagiários por empresas e instituições públicas.

A 10ª edição da Semana do Servidor, realizada entre 5 e 11 de novembro, foi uma parceria com a Escola do Legislativo, a Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial e a Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação. O destaque em 2011, mais uma vez, foi a expressiva participação dos servidores nas diversas atividades oferecidas, que incluíram oficinas, “shows”, espetáculos teatrais, confraternização com Deputados e a 8ª edição da Corrida Rústica, que teve 400 inscritos. As inscrições para participar das oficinas e da corrida arrecadaram 1,3 tonelada de alimentos e R\$1.000,00 em dinheiro, que foram doados para a Associação dos Leucêmicos de Minas Gerais – Leuceminas.

Em 2011, o Programa de Valorização, Integração e Desenvolvimento do Adolescente Trabalhador – Vida – teve dois focos de atuação: consolidar o papel do supervisor e favorecer a participação dos adolescentes na programação das ações de recursos humanos. A abertura da edição 2011 do programa foi realizada em maio, quando foi anunciada a redução da jornada de trabalho dos adolescentes, de oito para seis horas diárias. O Setram passou a se chamar “Núcleo Vida” e foram realizados dois encontros com supervisores dos adolescentes trabalhadores, para orientar sobre a nova jornada de trabalho.

Já o Programa de Orientação para a Aposentadoria – Proa – deu continuidade ao seu objetivo de informar, orientar e valorizar o servidor quanto a seu processo de aposentadoria. A equipe do programa é multidisciplinar, constituída por servidores das Gerências-Gerais de Gestão de Recursos Humanos e de Saúde e Assistência e da Escola do Legislativo. As atividades desenvolvidas tiveram como público-alvo os 212 servidores que têm previsão de se aposentar até 2013. Entre essas ações, destacam-se palestras, oficinas, sessões de cinema e entrevistas de orientação.

Gerência-Geral de Administração de Pessoal – GPE

A Central de Atendimento e Orientação de Pessoal – Caop – centrou esforços em 2011 para descongestionar o atendimento ao público interno no balcão, de modo a proporcionar mais conforto e agilidade. Com a chegada de mais servidores qualificados, o atendimento ficou mais seletivo e refinado. A Caop também obteve mais eficiência na manutenção dos benefícios dos servidores e seus respectivos relatórios. O atendimento por meio do sistema “Fale com a Caop”, por sua vez, possibilitou maior colaboração com os demais setores da Casa.

A Gerência de Análise de Processos Funcionais prestou apoio no processo de posse dos servidores de recrutamento amplo no início da 17ª Legislatura. Outras ações de destaque em 2011 foram a elaboração da 3ª edição do manual dos servidores de recrutamento amplo, a conclusão do processo de digitalização de documentos e a elaboração do manual de utilização de seu banco de dados.

A Gerência de Contagem de Tempo e Aposentadorias manteve um plantão para esclarecimento de dúvidas dos servidores sobre sua situação funcional. Em conjunto com a Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, foi disponibilizado, na intranet, módulo de férias-prêmio, que permitiu ao servidor do quadro efetivo da Casa melhor compreensão do seu saldo disponível de férias-prêmio, o que tem gerado considerável redução no número de telefonemas e de requerimentos de esclarecimento de dúvidas sobre o assunto.

A Gerência de Pagamento implementou em 2011 programas para o aperfeiçoamento do Sistema Informatizado da Folha de Pessoal, com destaque para a automatização dos cálculos das folhas complementares de meses anteriores. Também foram implementados programas para o cumprimento de normas da Receita Federal que tratam da apuração e tributação de rendimentos recebidos

acumuladamente. Foram alcançadas melhorias na gestão da folha de pagamento, com diminuição da margem de erro e agilidade na execução das tarefas.

A Gerência de Registros Funcionais, por sua vez, foi responsável pela criação das estruturas de gabinete parlamentar dos novos Deputados eleitos para a 17ª Legislatura, pela posse dos servidores dos novos gabinetes e pelo mapeamento e documentação dos processos de trabalho sob sua responsabilidade.

Gerência-Geral de Saúde e Assistência – GSA

Em 2011, a Gerência-Geral de Saúde e Assistência – GSA – realizou 16.604 atendimentos, nas áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia e assistência social prestados a Deputados, servidores ativos e inativos e dependentes. Foram adquiridas mil doses de vacinas contra a gripe, com o objetivo de reduzir os afastamentos do trabalho por motivos de saúde. Por meio da rede credenciada, foram realizados 18.161 procedimentos odontológicos, beneficiando 4.962 usuários entre outubro de 2010 e setembro de 2011.

Visando à racionalização dos fluxos e processos de trabalho, uma das prioridades do Direcionamento Estratégico, a GSA passou a comprar materiais médico-hospitalares e odontológicos em menores quantidades e a intervalos de tempo mais curtos, de modo a evitar o desperdício por vencimento do prazo de validade. Os servidores do setor participaram de treinamento do programa “Assembleia Sustentável”, voltado para a gestão de resíduos sólidos e o consumo consciente.

Em 2011, buscando maior organização e racionalização de espaço, a GSA deu continuidade ao processo de terceirização do arquivo de documentos referentes à assistência à saúde complementar (contas médicas e odontológicas, reembolso de despesas, processos de credenciamentos e cadastramentos). Além disso, implementou mudanças para adequação de seus serviços às necessidades de cumprimentos fiscais e contábeis propostos pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade.

Procuradoria-Geral – PGA

Em 2011 deram entrada na Procuradoria-Geral – PGA – 806 processos de cunho administrativo e 96 ações judiciais. Foram elaboradas, no total, 2.642 peças, englobando as atividades de contencioso judicial e assessoramento jurídico à administração da Casa. Foram confeccionadas 617 petições, emitidos 75 pareceres, elaboradas 68 minutas de contratos destinadas a acompanhar processos de licitação, 190 termos de contratos e 110 termos de convênios, 259 termos de aditamentos, 22 termos de apostila, 1.008 expedientes jurídicos, 228 requerimentos e ofícios diversos, além do atendimento a inúmeras consultas informais.

As atividades do contencioso englobam defesas trabalhistas, contestações em ações diversas, informações e defesas em mandados de segurança e ações diretas de inconstitucionalidade e peças recursais. As principais ações em andamento dizem respeito às reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados das ex-contratadas Adservis e Diagonal e a mandados de segurança cujo objeto é o teto remuneratório, além de várias ações diretas de inconstitucionalidade.

Os procuradores e estagiários realizaram 242 diligências, 62 audiências e duas sustentações orais junto à Justiça para acompanhar depoimentos de partes ou testemunhas, decisões ou julgamentos, em 583 ações em tramitação até novembro.

Em 2011 foram efetivados três acordos de transação de URV, acompanhando todo o processo, desde a confecção da petição, recolhimento da assinatura do advogado do interessado, protocolo, acompanhamento do processo de homologação, informação aos acordantes e envio da decisão à Gerência de Pagamento. Foram julgados inúmeros recursos e ações no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior do Trabalho (1ª e 2ª Instâncias), na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal.

A PGA providenciou certificação digital para acesso dos novos procuradores ao Peticionamento Eletrônico do STF, para o envio de petições eletrônicas, uma vez que esse sistema se tornou obrigatório.

Com a intenção de agilizar o andamento dos trabalhos, evitou-se baixar processos em diligência, mediante a substituição por contatos diretos com os setores responsáveis, principalmente por meio do correio eletrônico.

Procon Assembleia

O Procon Assembleia trabalhou em 2011 para cumprir a meta de fortalecer a participação da sociedade nas atividades do Poder Legislativo. A ampliação das ações de educação para a cidadania, por meio da educação para o consumo, e o alcance das ações internas e externas de atendimento ao público, com orientação e defesa do consumidor, contribuem para a promoção da cidadania, diretriz do Direcionamento Estratégico para o biênio 2011-2012.

Foram feitos 97.088 atendimentos ao público, tanto por telefone quanto pessoalmente. Os atendimentos feitos por meio do correio eletrônico somam 5.961. O Programa de Educação para o Consumo atingiu 12.273 pessoas, por meio de visitas a escolas e empresas. Foram realizadas 139 pesquisas de preços e seis fiscalizações educativas em 2011.

Escola do Legislativo

Em 2011, a Escola do Legislativo enfatizou as ações de formação política e educação legislativa dirigidas aos cidadãos. Além dos projetos permanentes destinados aos estudantes dos ensinos básico e superior – Parlamento Jovem de Minas, Conexão Assembleia e visitas orientadas – a Escola mobilizou esforços para consolidar uma carteira de cursos a distância, abordando temáticas de interesse da sociedade, para futuras ofertas.

Alguns cursos já foram finalizados, oferecidos a turmas-piloto e abertos aos cidadãos ou a segmentos da sociedade. “Treinando a Nova Ortografia”; “Noções de Ortografia”; “Planejamento e Orçamento Público”; “História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica”; e “Democracia, Parlamento e Participação” foram alguns dos cursos abertos oferecidos nesse período, que propiciaram a certificação de quase 400 alunos.

Ainda como parte desse esforço de tornar o conhecimento sobre a política e o Poder Legislativo acessível a todos, a Escola do Legislativo se alinhou à prioridade da TV Assembleia, de produção de programas educativos para veiculação nas mídias eletrônicas do Legislativo mineiro. Foram produzidas 35 teleaulas dos cursos “História Política de Minas Gerais” e “Orçamento Público e Cidadania: Qual a sua Participação?”, já exibidas pela TV Assembleia. Outra iniciativa foi a produção de um programa para a Rádio Assembleia, intitulado “Essa Música tem História”.



Nessa mesma linha e visando contribuir para a formação política dos professores do ensino básico da rede pública e privada de Belo Horizonte, a Escola do Legislativo ofereceu em 2011 a primeira edição do curso Formação Política para Educadores. O objetivo do programa é propiciar uma reflexão sobre temas básicos de uma formação política focada na atividade docente. A programação incluiu dez palestras sobre temas relativos à educação, política e cidadania e dois encontros de trabalho. Ainda em 2011, teve início o primeiro curso de especialização certificado pela Escola do Legislativo, sobre Poder Legislativo e Políticas Públicas, com 40 alunos inscritos.

Com o compromisso de contribuir para também disseminar o conhecimento produzido pelos servidores do Legislativo e pelos centros de estudo e pesquisa do Estado, a Escola do Legislativo promoveu em 2011 cinco edições do “Pensando em Minas”, programa de divulgação científica de monografias, dissertações e teses produzidas em Minas Gerais sobre temas que perpassam o Poder Legislativo. Lançou também mais duas edições dos Cadernos da Escola do Legislativo.

A Escola do Legislativo manteve ainda os programas de capacitação e atualização destinados aos servidores da Assembleia Legislativa e assessores de gabinete parlamentar da 17ª Legislatura empossados em janeiro; de formação introdutória para os novos servidores, aprovados no último concurso público da Assembleia; e de formação e capacitação de servidores de Câmaras Municipais e outros órgãos públicos.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/12/2011, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duarte Bechir

exonerando, a partir de 2/1/2012, Jaqueline de Souza Figueiredo Soares do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Dulcineia Frauches Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Jaqueline de Souza Figueiredo Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando, a partir de 2/1/2012, Raul Gama Bicalho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Leonardo de Santana Moraes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando, a partir de 2/1/2012, Gilson Pereira Simões do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Alda Maria Pereira de Rezende para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 2/1/2012, Anelmar da Silva do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/2012, Luciana Aquino Capello Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/2012, Valdeni Santana Ferreira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Anelmar da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Juarez Gomes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Marcelo José Ribeiro Figueiredo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97 e, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28/5/07, assinou o seguinte ato, com vigência a partir de 2/1/2012:

dispensando os servidores André Moura Moreira, matr. 5.761-4, e José Henrique Ribeiro Campos, matr. 5.560-3, membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação, e Bruno de Almeida Oliveira, matr. 17.450-5, e Denise Correia Fernandes Rodrigues e Chaves, matr. 18.223-0, membros suplentes da referida comissão, designando, para integrá-la, como membros efetivos, os servidores Bruno de Almeida Oliveira, matr. 17.450-5, e Denise Correia Fernandes Rodrigues e Chaves, matr. 18.223-0, e como membros suplentes, as servidoras Alessandra Strambi de Almeida Mitre, matr. 17.704-0, e Betânia Lourenço Silva de Almeida, matr. 17.518-8.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agrícola dos Bairros Capela e Ressacada. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**TERMO DE CONTRATO**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Coqueiral. Objeto: doação de 5 microcomputadores e 1 arquivo, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Beneficente em Defesa da Vida. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Atlética Juventude. Objeto: doação de 1 microcomputador e 1 impressora, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Córrego Água Fria. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Rumo ao Futuro. Objeto: doação de 6 microcomputadores e 2 impressoras, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Movimento Renascer. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Cultural, Artística e Folclórica de Conceição da Aparecida. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Proteção a Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Conceição do Pará. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Obra Social da Paróquia de São Gabriel. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Mãe Admirável. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Nanuquense das Pessoas com Deficiência. Objeto: doação de 2 microcomputadores e 1 impressora, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Projeto Vida Nova de Perdões. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Municipal de Assistência Social. Objeto: doação de 40 pal-top, 5 impressoras a jato de tinta, 1 impressora a laser e 2 "notebooks", conforme especificado no anexo único do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Betinense de Amparo ao Cidadão em Situação de Risco. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária de Recuperação Novo Caminho. Objeto: doação de 3 microcomputadores e 2 impressoras jato de tinta, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae. Objeto: doação de 2 microcomputadores, 1 impressora, 1 prateleira, 1 arquivo e 1 mesa, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Secretaria de Estado de Defesa Social. Objeto: afetação de 1 guilhotina, 1 envelopadora, 2 encadernadoras, 1 dobradeira, 1 impressora, 1 estufa, 1 câmera foto e 1 prensa, conforme especificado no anexo, lote 1, do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Fundação Tenente Alberto - Funten. Objeto: doação de 6 microcomputadores e 3 impressoras a laser, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionário: 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – 5ª Companhia Especializada. Objeto: afetação de 6 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Ação Social pela vida - AASV. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de São Francisco de Sales. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Assistência Social Comunitária de Bicuíba Padre José dos Santos - AASCBI. Objeto: doação de 2 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Pratinha. Objeto: doação de 2 microcomputadores e 1 impressora a laser, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária dos Agricultores Familiares da Bela Vista. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Nanuquense das Pessoas com Deficiências - Anpode. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária dos Moradores de Brasilândia. Objeto: doação de 1 microcomputador, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Santa Casa de Caeté. Objeto: doação de 5 microcomputadores e 1 impressora a laser, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Beneficente Serra Viva. Objeto: doação de 10 microcomputadores, conforme especificado na cláusula 1 do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Municipal de Assistência Social - Amas -, de Belo Horizonte. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: 30 dias a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Oficina de Teatro Entre & Vista, de Tiradentes. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: 30 dias a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Fundação Tenente Alberto - Funten -, de Lambari. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: 30 dias a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Beneficente Serra Viva, de Belo Horizonte. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: 30 dias a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego da Conceição, de Frei Gaspar. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: 30 dias a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.